



Boletim do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Boletim Nº 23 - Abril de 2017 - R\$ 4,00

**Estados Unidos, sanguinários
do mundo, atacam.**
Trump, fascista, tire as mãos da Síria!



O Comitê de Enlace convoca a classe operária, os demais explorados e os povos oprimidos a se levantarem contra os bombardeios dos Estados Unidos à Síria e contra toda intervenção das potências. Que o povo sírio resolva os seus próprios conflitos. Que o destino de Bashar Al-Assad dependa somente dos sírios. Que a decisão de continuidade ou de fim da guerra seja arrancada das mãos das potências, saqueadoras e sanguinárias. Pela autodeterminação da Síria.

Fora o imperialismo do Oriente Médio!

**Pela união dos explorados e povos oprimidos para acabar com os governos servis e pôr fim ao domínio das potências!
Lutemos pela conquista da paz entre os povos com o programa da revolução, do socialismo e do internacionalismo proletário!**

APRESENTAÇÃO

Este Boletim é publicado em uma situação internacional bastante conturbada. Na América Latina, a Venezuela surpreende com a decisão do Tribunal Supremo de Justiça de suspender o funcionamento da Assembleia Nacional, revogando-a logo em seguida, sob intensa pressão internacional. O Paraguai estremeceu com manifestantes ateando fogo na sede do Congresso e com um dos líderes dela morto pela polícia. Na Bolívia, ocorreu uma grande marcha de professores que confluuiu em uma manifestação popular. No Brasil, crescem os protestos de rua contra as reformas antinacional e antipopular do governo golpista. Na Argentina, as massas estão em posição de luta contra o governo pró-imperialista. Na América do Norte, Trump põe em prática seu programa reacionário, depara-se logo de início com a divisão interburguesa e pressiona a Otan a retomar a escalada armamentista. Na Europa, a Inglaterra sofre novo ataque terrorista. Na Rússia, neste exato momento, uma explosão em um trem mata vários passageiros. A Turquia chegou próximo a um rompimento diplomático com a Alemanha e Holanda. A Escócia anunciou sua disposição de realizar um novo plebiscito para responder à decisão da Grã-Bretanha de romper com a União Europeia. Na França, novos protestos da juventude confrontaram a polícia racista. Na Ásia, os Estados Unidos ameaçaram intervir militarmente contra a Coreia do Norte. Na Coreia do Sul, explodiu uma crise política que culminou com a derrubada do governo acusado de corrupção. Deterioraram as relações dos Estados Unidos com a China. No Oriente Médio, avança a barbárie na guerra internacionalizada da Síria. No Iraque, se estabeleceu um fronte do imperialismo para esmagar em Mossul o Estado Islâmico. Israel impulsiona o colonialismo com a implantação de povoados judeus em solo palestino e intensifica o processo de anexação da Palestina, potenciando as condições para os confrontos armados. Na África, a divisão do Sudão, que resultou do intervencionismo imperialista, impôs uma guerra permanente e que neste momento volta a sacudir-se em meio a uma vasta pobreza e miséria da população.

Evidentemente, esses choques formam um quadro geral da crise mundial do capitalismo. A crise aberta em 2008 persiste apesar das distintas condições de cada país e fomenta as tendências desintegradoras do capitalismo mundial. Em todas essas manifestações, os Estados Unidos estão à frente. A burguesia imperialista europeia está mergulhada na crise do velho continente, que já não tem como sustentar a unificação alcançada e desmorona. A Ásia comparece, em perspectiva, como a principal zona de conflito, com a emersão da China e o descenso do Japão. A retomada das ameaças dos Estados Unidos de intervenção na Coreia do Norte e o fortalecimento de sua base militar na Coreia do Sul despontam como ameaça não apenas à Coreia do Norte, mas à China e à Rússia. Tudo indica que a escalada militar na região é inevitável.

O processo de restauração capitalista na Rússia e China serviu apenas por um período para conter a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como com as fronteiras nacionais. O imperialismo norte-americano não tem como conviver pacificamente com a potencialidade da China e com a insistência da Rússia em manter velhos domínios regionais. O esgotamento do multilateralismo de Obama e sua substituição pelo unilateralismo de Trump é um indicador da necessidade dos Estados Unidos imporem pela força sua política mundial nas condições de crise prolongada.

Destacamos essa tendência na Ásia. Na América Latina, temos a queda de governos que há pouco mais de uma década prometeram, cada um à sua maneira, realizar reformas que colocariam os países atrasados e submetidos ao saque imperialista no caminho do desenvolvimento independente e da erradicação da miséria das massas. No Paraguai e no Brasil, o luguismo e o petismo foram defenestrados por um golpe institucional. Na Bolívia, o masismo

já não engana as massas e avança a luta revolucionária, encarnada pelo Partido Operário Revolucionário. Na Argentina, caiu o kirchnerismo peronista pela via eleitoral. Na Venezuela, a situação está tão degradada que o chavismo somente pode prolongar sua vida à base de maior desfiguração da democracia formal burguesa e do recrudescimento do autoritarismo. Sobrou a continuidade do correísmo no Equador com a vitória de Pirro de seu candidato, que certamente será de profunda crise política. No Chile, a política de Concertação burguesa do PS e PC naufraga.

Esses governos de conciliação de classes, empenhados em manter a máscara do nacionalismo e do reformismo caricatos, foram muito importantes para a burguesia latino-americana. Já não servem para aplicar os violentos planos exigidos pelo imperialismo e por setores da burguesia interna entreguista. No entanto, os governos da direita burguesa, serviços diretos do capital financeiro, vêm se colocando em confronto aberto com os explorados. O agravamento da crise política e da luta de classes obriga o imperialismo e as burguesias nacionais a desenvolverem suas tendências autoritárias e mais reacionárias. A instabilidade governamental se reflete no funcionamento da democracia formal, que passa a ser uma trava para os capitalistas e seus governos.

Nota-se pelas experiências no Brasil e Argentina - o primeiro mudou o governo pela via do golpe institucional e o segundo pela eleitoral - que a implantação das medidas antinacionais e antipopulares se dá por cima da maioria e, portanto, de forma antidemocrática e autoritária. O recrudescimento da luta dos explorados se processa nestas condições.

A questão é saber até quando o imperialismo e seus serviços se utilizarão dos mecanismos da democracia formal para golpear a economia e a vida da maioria. Não se deve e não se pode apagar da memória o ciclo das ditaduras militares. A burguesia para sobreviver e o imperialismo para continuar saqueando recorrem a qualquer medida que mantenha sua dominação. Tudo indica que a tendência fundamental da situação é a do desenvolvimento das tendências autoritárias, e, portanto, de brutal repressão ao movimento operário e à sua vanguarda.

O imperialismo precisa se desfazer do governo chavista em decomposição e bloquear o desenvolvimento da luta das massas na Bolívia, considerando que o governo do MAS já não garante a estabilidade do funcionamento do Estado burguês. Como dissemos, trata-se de uma tendência que ganha corpo no seio da decomposição do capitalismo. É essa mesma tendência que se encontra na base do desmoronamento do Oriente Médio, das rupturas na União Europeia e da ofensiva armamentista na Ásia. Não se devem menosprezar as forças fascitizantes que abrem caminho nas potências, principalmente, na Europa Ocidental. O fato destas forças marcadamente fascistas ainda não assumirem a frente de nenhum país europeu - na Holanda, acaba de perder a eleição - não significa que não se potencializam.

O reconhecimento das tendências gerais e de suas manifestações particulares em cada país é fundamental para a luta do proletariado e para superar a crise de direção revolucionária. Não basta a defesa geral e difusa do internacionalismo. É necessário em cada país e na situação da luta de classes em que as massas resistem aos ataques da burguesia que se propague o internacionalismo e se trabalhe concretamente pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se esforça por cumprir essa tarefa. Lutamos para que as suas seções se coloquem à altura do momento da crise e para que em outros países desperte na vanguarda a necessidade de se colocar sob o programa da revolução e do internacionalismo proletários.

O que nos ensinou a Revolução Russa

Guilherme Lora

A Revolução Russa de Outubro de 1917 ocorreu em um país atrasado. O proletariado russo, muito jovem, pressionado por necessidades históricas, num salto se apoderou do poder.

A revolução ocorreu em um país dependente antes que nos grandes Estados capitalistas, que marchavam à frente do mundo e que contavam com um velho e numeroso proletariado longamente educado na experiência do sindicalismo e que, além disso, eram dirigidos por velhos partidos políticos adestrados nas práticas parlamentares, como queriam os traidores da II Internacional.

A primeira grande lição da Revolução Russa é a de que a cadeia capitalista se rompe no elo mais débil. O capitalismo é atacado em sua trincheira menos fortificada.

A segunda lição consiste em que a Rússia, apesar de seu atraso econômico, tinha um proletariado politicamente maduro, circunstância que lhe permitiu se apossar do poder.

Os países atrasados, nos ensina a Rússia, se veem na contingência de percorrer o caminho da revolução, não pelo fato de ter uma economia madura para o socialismo, mas porque somente esse caminho lhe permite sair de seu atraso secular. “Se a Rússia não está madura para o socialismo, sem dúvida está devido à economia mundial como um todo” (diziam os bolcheviques). É, portanto, o que se pode dizer em relação a todos os países atrasados.

O que determinou até agora o caminho seguido pelo Estado soviético? O que determinou tem sido o curso tomado pela economia mundial em sua totalidade e a marcha da revolução proletária internacional. Assim foram confirmadas pela história as palavras de Leon Trotsky: “O curso pelo qual seguirá a ditadura do proletariado e os ritmos pelos quais atravessará para chegar ao socialismo dependem do curso que tome a economia mundial”. Por acaso Lênin não expressou centenas de vezes que o triunfo do socialismo na Rússia depende do triunfo da revolução proletária em outros países? O que aprendemos da Revolução Russa é que o triunfo do socialismo se decide na arena internacional.

Por que a Rússia teve como resistir ao ataque dos países capitalistas? Porque tinha a ajuda do proletariado de todo o mundo, porque a III Internacional Comunista de Lênin lhes ensinou a não esquecer a luta de classes e a defender a Rússia por meio da luta de classes. A paz de Brest-Litovsk, realizada por Lênin, é uma condenação histórica da política internacional antimarxista de Stálin na atualidade. Aprendemos da revolução a defendê-la por meio da luta de classes em escala internacional, isto é, como firmes discípulos de Marx.

Além disso, aprendemos da Revolução Russa que, quando o ataque das forças reacionárias não é contido pela revolu-

ção proletária, o Estado operário corre um sério perigo. Que, quando o proletariado é derrotado por culpa de uma má direção e conseqüentemente o capitalismo ocupa as posições abandonadas pela revolução, o Estado proletário, como ocorreu na Rússia, se degenera, é levada ao poder uma burocracia reacionária que destrói as fileiras do partido que dirigiu a revolução e procura, por todos os meios, destruir as conquistas da classe operária. A revolução internacional demora para chegar e a reação se prepara para atacar as bases socialistas do novo Estado.

Da história da Revolução Russa e, em particular, do Partido Bolchevique, aprendemos que a revolução não é realizada pelos bons desejos dos homens, mas que chega devido a



Da história da Revolução Russa e, em particular, do Partido Bolchevique, aprendemos que a revolução não é realizada pelos bons desejos dos homens, mas que chega devido a causas excepcionais que sacodem profundamente a sociedade. Aprendemos que o partido que não aproveita uma tal situação revolucionária desaparece do cenário histórico por muitos anos.

causas excepcionais que sacodem profundamente a sociedade. Aprendemos que o partido que não aproveita uma tal situação revolucionária desaparece do cenário histórico por muitos anos. É preciso ser cego para não compreender, por meio dos ensinamentos da Revolução Russa, que as situações revolucionárias passam e são seguidas pela onda contrarrevolucionária. As massas abandonam os partidos revolucionários e vão para as fileiras dos partidos pequeno-burgueses. Da Revolução Russa, aprendemos a não desesperar e, conseqüentemente, a não trair o proletariado com atos putchistas (golpistas).

A Revolução Russa colocou novamente em uma posição preponderante a tese marxista de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Por isso, aprendemos que é um crime enganar as massas, como faz o estalinismo. Não se pode permitir que corrompam os trabalhadores com as lendas que tornam as derrotas em vitórias. Da Re-

volução Russa, aprendemos “a não temer nem mesmo os inimigos mais poderosos, uma vez que seu poder se acha em contradição com as necessidades do desenvolvimento histórico”. Aprendemos a “nadar contra a corrente, com a mais profunda convicção de que o novo fluxo histórico com seus poderosos impulsos nos levará até a margem.”

Estamos, sobretudo, convencidos do valor internacional da Revolução Russa, motivo pelo qual deve ser estudada cuidadosamente por todos os revolucionários. Como disse Lênin: “(...) Na atualidade, já contamos com uma experiência internacional mais do que regular, que demonstra de um modo bem claro que alguns dos traços fundamentais de nossa revolução têm um significado não nacional, particular, não somente russo, mas internacional. Referi-me à significação internacional, não no sentido amplo da palavra; não somente alguns, mas todos os traços fundamentais têm um significado internacional.”

Novembro de 1942

(Extraído das Obras Completas, Guilherme Lora, tomo 1, 1942-1947, páginas 78-80)

Bolívia

Desmoronamento político do MAS

A crise econômica golpeia duramente a débil economia boliviana. O governo do MAS não tem outro caminho senão se direitizar ainda mais. É o que demonstra a realocização de 800 operários da ENATEX, em 2016, agora a imposição dos avisos-prévios e a adoção de créditos aos empresários parasitas com recursos dos trabalhadores.

As massas mobilizadas e radicalizadas cercam o governo (conflito da Caixa e cocaleiros dos Yungas). A situação pré-revolucionária se agudiza e se avoluma. Nenhuma manobra do governo (entrevista a Zapata) pode frear o descontentamento e a radicalidade da luta dos explorados. As massas furiosas passam por cima da burocracia sindical vendida do MAS. Esta burocracia corrupta, que por anos se aproveitou do dinheiro e obras que o governo lhes deu, já não controla ninguém. Os dirigentes traidores se tornaram inúteis e já não servem ao MAS.

Aproxima-se uma situação de maior convulsão social. Mais setores estarão nas ruas e estradas (marcha do magistério desde o dia 13 de março), para lutar contra a miséria e a política entreguista de Evo.

Explodirão conflitos maiores e novamente colocarão o governo em xeque. A chave da vitória está no fortalecimento da direção revolucionária. O Partido Operário Revolucionário (POR) é o fator determinante que permitirá enterrar o masismo corrupto e a velha direita. O POR conduzirá o povo boliviano à tomada do poder (ditadura do proletariado). O seu crescimento em todos os setores trabalhistas e populares é fundamental para o triunfo da revolução social.

A marcha dos professores

Nem a milionária campanha do governo, nem a sabotagem interna dos agentes oficialistas incrustrados no interior do magistério conseguiram debilitar a marcha nacional. Os objetivos incluem problemas gerais que expressam os interesses de outros setores, o que deve possibilitar a generalização da luta.

A marcha nacional do magistério urbano começou acoitada pelo oficialismo procurando fraturá-la desde o início. Foi e é vítima do fogo cruzado, tanto de uma brutal campanha publicitária do Ministério da Educação, que procurou amedrontar e confundir, quanto das manobras dos agentes metidos nas bases para impedir que as escolas e os sindicatos de base pudessem nomear seus representantes para a mobilização nacional.

De início, os oficialistas se esforçaram para que a mobilização se limitasse a objetivos puramente setoriais com a finalidade de impedir sua generalização aos outros setores. Foi uma vitória que, além dos problemas educacionais, como a defesa do plano de carreira docente, o rechaço à Lei 070 da reforma educacional e a R. N. 01/2017, tenha conseguido incorporar na plataforma de reivindicações pontos que também interessam a outros setores, tais como a aposentadoria, o aumento salarial, a defesa da Caixa Nacional de Saúde, etc. Dessa maneira, se abre a possibilidade da mobilização do magistério se generalizar a todos os setores, combatendo a atitude ditatorial das autoridades e exigindo da burocracia cobista que mobilize o movimento operário para conseguir uma solução imediata a todos os pontos da plataforma aprovada oportunamente.

Deve-se rechaçar energicamente a interpretação capciosa que

fazem os dirigentes da COB, no sentido de que a marcha é o início de uma luta apenas setorial do magistério urbano. Também rechaçar a falsificação de que os pactos intersindicais são um tipo de paralelismo sindical. Se os setores precipitam ações de pressão e procuram unificar suas lutas desde as bases por meio dos “pactos” é porque a direção oficialista da COB tem pouca credibilidade nas bases devido a sua conduta errática diante do governo e devido a que em repetidas oportunidades rifaram as lutas dos trabalhadores, como no caso do fechamento da ENATEX.

Os oficialistas da Confederação, ao não poderem frear a marcha, atuam sigilosamente para controlá-la, apoiando-se nos pequenos distritos. Não renunciam à possibilidade de capitular diante do governo durante o desenvolvimento da mobilização. Para isso, necessitam de uma base social majoritária entre marchistas, que possa endossar suas manobras e traições. Neste sentido, criaram todas as condições (financiamento dos suplentes, das passagens de ida e volta, etc.) para que os pequenos e distantes distritos possam estar presentes na marcha com um número de participantes. A única maneira de neutralizar essa manobra é fazer com que os maiores distritos, como o de La Paz, Cochabamba e Oruro, possam garantir uma maioria absoluta na mobilização nacional.

A marcha se realiza em meio a um grande descontentamento social em consequência da agudização da miséria e da corrupção generalizada em todos os níveis da administração do Estado.

A burocracia sindical sustenta o governo

O início da marcha alertou o governo que se apressou em qualificá-la de “marcha trotskista” e em anunciar o começo do diálogo com a COB para discutir a pauta de reivindicações, que inclui o salário, a Caixa Nacional da Saúde, os fundos de pensões, os avisos-prévios e outras exigências. De outro lado, o executivo da COB, Guido Mitma, cujo servilismo ao governo e, por meio dele, à classe dominante, saiu à frente para dizer que o protesto dos professores é precipitado, que reflitam, que aceitem englobar suas reivindicações com as dos demais setores e que se unam à luta da COB, que tem a obrigação de comparecer no diálogo convocado pelo presidente Evo Morales.

Para a burocracia, a reivindicação de salário de acordo com o custo de vida familiar é apenas uma saudação à bandeira, não tem a menor convicção de que seja possível de alcançá-la e se coloca no campo dos interesses patronais. Para a burocracia, a reivindicação salarial se limita a alcançar alguma migalha acima do que é proposto pelo governo e nada mais. Essa é a história de todos os anos. Por esse caminho, a situação dos trabalhadores se agrava cada vez mais. A aposentadoria com 100% do salário é outra reivindicação elementar que a burocracia cobista, do mesmo modo que os patrões e o governo se desentendem, faz ouvido de surdo, condenando os aposentados a uma renda miserável, com a qual têm de sofrer seus últimos dias de vida, depois de terem sua força de trabalho espremida por 35 anos ou mais para receber, no melhor dos casos, uma renda de 75% de seu já miserável salário.

É obrigação da COB colocar-se diante da mobilização dos trabalhadores para poder impor ao governo suas reivindicações.

ções. Na medida em que não tenha essa atitude, as bases têm de recorrer à ação direta por sua conta, fazer pactos intersindicais para a luta, recuperar a COB das mãos dos burocratas servis e recuperar a independência sindical e política do organismo sindical máximo do País.

Resposta à crise da educação

O capitalismo destrói a natureza e o homem, subordinando tudo para alimentar sua voracidade de lucro. Levanta-se sobre a divisão entre a força de trabalho (proletariado) e os meios de produção, monopolizados pela burguesia. Tem como consequência a separação entre a teoria e a prática, que leva à desumanização do homem, deformando-o. Os explorados somente são músculos e miséria; a classe dominante planifica da exploração e a submissão da maioria ao Estado ao ordenamento jurídico burgueses. Os donos do poder econômico pensam e impõem suas ideias à sociedade.

A escola é o instrumento da classe dominante e seu objetivo é o de formar operários produtivos, condenados a não pensar e, unicamente, a trabalhar por um salário de fome. Aqui se encontra a crise da educação.

É indiscutível que a educação quer dizer formação da individualidade, por isso é parte da ação de conhecer sensorialmente a realidade, portanto, com a ajuda do alfabeto e da leitura, leva à assimilação do material acumulado com as mãos na produção social.

Conhecer é o resultado da ação transformadora do homem sobre a realidade (natureza/sociedade). O que permite revelar suas leis, desenvolvimento e transformação. O educando ao transformar a realidade se transforma a si mesmo, adquire capacidade para saber quais são suas aptidões, seus impulsos individuais. O objetivo da educação é desenvolver plenamente a individualidade.

A unidade entre teoria e prática somente pode ocorrer no seio da produção social, ação do homem social sobre a natureza.

A escola-universidade imersa na produção social somente poderá existir quando a grande propriedade privada dos meios de produção seja abolida e substituída pela propriedade social.

A nova Lei da Coca

O governo se apressou em aprovar uma nova Lei da Coca, que coloca o aumento do cultivo legal de 12 mil para 20 mil hectares. Este fato provocou a reação dos produtores dos Yungas de La Paz, que rechaçam a decisão de legalizar 7 mil hectares no Trópico Cochabambino, alegando que a folha que produzem não serve para ser mastigada e que 91% vai direto para a fabricação de cocaína. O que pretendem os cocaleiros dos Yungas é ter o monopólio da produção da coca a título de ser zona tropical e que sua produção está voltada exclusivamente à mastigação, o que não é correto, uma vez que boa parte da coca yungueña também vai para o narcotráfico, principal mercado, e que é ampliado o seu direito de ter maior plantação. Por outro lado, intervêm os moradores e outras províncias pacenhas, como Inquisivi, consideradas zonas de produção tradicional, exigindo que a nova Lei da Coca também os incorpore.

A impressionante mobilização dos cocaleiros de La Paz pôs

de sobreaviso o governo. E a pressão mais astuta e passiva dos produtores do Trópico Cochabambino, que contam com o apoio do presidente, obrigou o governo a satisfazer a todos e, finalmente, a nova lei foi aprovada, reconhecendo 22 mil hectares legais (7.700 a Cochabamba e 14.300 a La Paz). Esta atitude conciliadora do oficialismo, no entanto, não teve os resultados esperados; os produtores pacenhos queimaram o acordo firmado por uma parte de seus dirigentes com o governo. Evo se viu obrigado a recorrer à costumeira manobra de dividir os dirigentes, acusando os mais radicais de conspiradores a serviço da direita. Tudo leva a crer que o descontentamento nos Yungas não foi aplacado e que ressurgirão novas manifestações do mal-estar.

A aprovação da Lei também levou a que os opositores de direita tradicional elevassem a voz. Os mais hipócritas estreitadamente ligados à burguesia nacional, em cujo seio se move o negócio do narcotráfico, apareceram como campeões da recusa à medida do governo. Para a população, a nova lei, ao ampliar as plantações de coca, vai incrementar o narcotráfico e todas as pragas que levam esta atividade. Olham-se com terror no espelho do México ou Colômbia. Ao boliviano comum, é inexplicável que o governo aumente os cultivos quando, até pouco tempo atrás, parecia como campeão da erradicação da folha com métodos pacíficos, quando, segundo estudos de organizações internacionais e do próprio governo, chegam à conclusão de que para a mastigação (acullicu) bastariam 14 mil hectares (em realidade menos, etc.).

O governo não tem como justificar a legalização do cultivo de coca em 22 mil hectares. Encontra-se encurralado pelo mal-estar social e pelas consequências de sua capitulação diante do imperialismo no que diz respeito à sua política perante o narcotráfico. Evo Morales e sua camarilha, no momento em que chegaram ao poder e procuraram desesperadamente aparecer como uma referência no plano internacional, de maneira oportunista e traidora, abandonaram a consigna de livre cultivo, comercialização e industrialização da coca, como expressão de resistência ao imperialismo, em cuja entranha se gerou a demanda da coca para fabricar cocaína e que pretende resolver o problema descarregando a responsabilidade nos produtores da matéria-prima.

Agora é tarde. Este problema será um dos aspectos que constituirão a sepultura do governo masista. Paga-se muito caro pelos erros e oportunismo na política.

Os trotskistas mantêm no alto a consigna de “livre cultivo, comercialização e industrialização de coca”, porque, no capitalismo, enquanto existir mercado para a folha, não importa se é para fabricar cocaína, não haverá poder humano capaz de controlar sua produção. A demanda de coca para cocaína nos chegou como um vício imposto de fora, deslocando para segundo plano a mastigação. O mesmo diz respeito ao contrabando, se existem as condições econômicas favoráveis para essa atividade ilícita, acaba-se impondo, ainda que o exército e a polícia se empenhem em controlá-lo.

O capitalismo, principalmente em sua decadência, transforma em mercadoria as manifestações mais degradantes dos vícios humanos. Por acaso, não são legais o alcoolismo, o tabagismo e outros vícios igualmente destrutivos? Por acaso, em muitos países não surgem correntes pela legalização do consumo das

(Resposta à crise da educação)

A unidade entre teoria e prática somente pode ocorrer no seio da produção social, ação do homem social sobre a natureza. A escola-universidade imersa na produção social somente poderá existir quando a grande propriedade privada dos meios de produção seja abolida e substituída pela propriedade social.

drogas? Não passa de hipocrisia o apego a um moralismo que, com lamentos e gritos de horror, pretende salvar as crianças e os jovens. Somente veremos a humanidade livre dos vícios e taras do presente quando o proletariado acabar com este sistema social degradante.

A hipocrisia da burguesia narcotraficante serviu ao imperialismo

Os vínculos da classe dominante boliviana com a produção de coca e o narcotráfico datam de muitos anos. É conhecido o dado de que no final do século XIX e princípios do XX a poderosa Sociedade de Proprietários do Yungas de La Paz, que produzia e exportava coca, também promovia a cocaína sob a denominação de “elixir de coca”, para o consumo das classes altas europeias. Hoje, a produção, comercialização e semi-industrialização da milenária folha de coca se democratizou. Está nas mãos de milhares de pequenos proprietários camponeses, que descobriram que o cultivo da folha “sagrada” oferece vantagens que não oferecem outros cultivos (três a quatro colheitas ao ano) e, além disso a possibilidade de obter um maior valor agregado por meio de sua transformação em sulfato, base da cocaína, processo que na Bolívia, igualmente que outras partes, sofreu uma relativa democratização.

Mais recentemente, durante os governos de Banzer e Garcia Meza, tornaram-se públicos os escândalos da produção de cocaína até nos quarteis e a descoberta de locais de maceração na fazenda de Banzer, em San Javier, no norte de Santa Cruz.

Durante os governos do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), posteriormente foram denunciados os narcos-vínculos dos altos dirigentes miristas e emeneristas com os chefes do narcotráfico, inclusive um deles foi parar no cárcere principalmente por ter demonstrado tais vínculos.

A conclusão obrigatória é que tanto os governos burgueses como a própria classe dominante vincularam-se à produção, proteção, fomento e comercialização da cocaína. O governo do MAS não é exceção.

Diante desse histórico, é hipócrita a posição adotada pelos expoentes dos partidos tradicionais da direita na Bolívia. Despem-se das vestimentas, denunciando que a nova lei fomentará o narcotráfico e trará conseqüentemente uma mudança negativa nas relações internacionais do país. Com a Lei 1.008, o narcotráfico não diminuiu, porque sempre contou com a proteção

clandestina dos altos hierarcas do Estado. Esta conduta dupla dos expoentes da burguesia nacional se explica devido ao seu extremo servilismo diante do imperialismo.

Contrariamente, a reação da Organização das Nações Unidas contra a droga e o crime foi mais cautelosa: “... Um passo importante na redução da coca excedente, disse um de seus representantes”. Acrescentou: “Na Bolívia, enquanto não mudar a Lei de que somente são “legais” 12 mil hectares de coca, deixa-se aberta a porta ao que dispõe a nova lei que legaliza 22 mil hectares”. O mesmo informe calcula que no País foram reduzidos 25.300 hectares de coca dos 27.700 hectares que existiam em 2011. E acrescenta que somente 9% da coca do Chapare passou pelo mercado legal de Sacaba, os 91% restantes foram para o mercado ilegal, e das 48.100 toneladas métricas produzidas no país somente 37% passaram pelo mercado legal. E recomenda ao governo melhorar os controles nos mercados legais. Estes informes não dão conta de que a coca clandestina, nos cálculos atinge a superfície real de cultivos de coca de 35 mil hectares.

Diante do fracasso das políticas de interdição para frear o narcotráfico, a orientação que vêm seguindo vários governos europeus é a de legalizar as drogas e tratar o problema dos drogados como um problema de saúde pública, e não como um problema penal. Na prática, as políticas de interdição acabaram favorecendo os narcotraficantes ao lhes permitir manter preços altos e servirem de cobertura à política intervencionista do imperialismo norte-americano. São os próprios agentes da DEA que chegaram à conclusão de que esta é uma “Guerra Falsa”, que serve a propósitos políticos antes que humanitários.

A nova Lei da Coca preserva a política de interdição e erradicação da coca imposta pelo imperialismo. Na nova Lei não se encontram os novos ventos que sopram pelo mundo, nem por aproximação. Não se podia esperar outra coisa de um laçao consumado do imperialismo, como é Evo Morales.

Com a ampliação da superfície legal do cultivo de coca, o governo terá a justificativa perfeita para endurecer a repressão aos cocaleiros e erradicar a coca daqueles que não “cumprem” a lei, sejam opositores, ou críticos do MAS.

Os dirigentes cocaleiros filiados ao MAS claudicaram em defesa da coca quando decidiram, dirigidos por Evo Morales, se proclamarem campeões da luta contra o narcotráfico. O movimento cocaleiro paga caro por ter abandonado a consigna do livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca.



O POR presta homenagem revolucionária ao camarada Ángel Capare Berrios

Ángel nasceu em Chayanta, em 2 de outubro de 1939, e morreu em Cochabamba, em 25 de março de 2017.

O camarada Ángel Capare foi militante do Partido Operário Revolucionário. Identificou-se com os objeti-

vos históricos de sua classe. Lutou incansavelmente para a formação da consciência de classe, forjando dia-a-dia na luta de classes o programa revolucionário do proletariado.

Em 1960, tornou-se porista. Sobreviveu ao massacre de Sorasora, de 1965. Esteve presente nas fileiras das massas mobilizadas em 1970, que ocuparam os pampas de Oruro, opondo-

se à direita militar. Ángel foi dirigente do Sindicato Misto dos Trabalhadores Mineiros de Siglo XX, da maior Central Operária regional de Llallagua e da Federação Nacional de Rentistas Mineiros. Em várias ocasiões, foi arrancado da Empresa Catavi, preso e torturado, devido às suas atividades sindicais. Foi reincorporado ao trabalho em 1970.

Ángel Capare, leal, prestou homenagem, permanecendo por horas em guarda, ao lado do revolucionário Guillermo Lora, em 18 de maio de 2009, na sede do sindicato dos professores pacenos, e teve a honra de levar nos ombros o corpo de Guillermo pelas ruas de La Paz.

Por mais de meio século, defendeu o programa político da classe operária, juntamente com centenas de camaradas mineiros de Siglo XX, desde as escavações das minas de Siglo XX,

escavações nas quais se forjaram verdadeiros revolucionários identificados com o marxismo-leninismo desde os 40 anos de idade. A dinamite, a insalubridade, a superexploração, os baixos salários que os mantinham na miséria social e econômica e a presença orgânica do POR foram a fonte de conscientização política para se converter no eixo político e de vanguarda revolucionária da Federação dos Mineiros e da Central Operária da Bolívia.

Muitos estiveram junto a Ángel por dezenas de anos na Siglo XX, juntos na mina, no sindicato, no partido e nos piores momentos da repressão, do desemprego e batalhas.

Sua luta por melhores condições de vida dos camaradas mineiros e antes de tudo sua luta pela emancipação da classe operária da exploração burguesa formaram a profunda convicção política de Ángel Cepare, adquirindo-a nas lutas, no lugar de exploração das minas e junto à vanguarda política de sua classe.

Outros contribuíram à revolução com seus escritos, Ángel contribuiu com a dinamite e fuzil nas mãos contra os serviços neoliberais, nacional-socialistas burgueses, como o MAS. Na

época do MNR, e principalmente durante o governo de Siles Suazo (1960), governo da Unidade Popular (1982), governo do estalinismo e outros nacionalistas de esquerda, foi ele, junto a César, Isaac, Pelaez e outros camaradas e junto aos trabalhadores mineiros da Siglo XX, que derrotaram os Reestruturadores Sindicais, dirigidos por Siles Suazo, no distrito mineiro de Huani, em defesa da independência sindical e pela autonomia dos mineiros na condução de sua organização sindical.

O POR, na Siglo XX, foi o seu segundo lugar de cotidiana presença. Sempre sorridente e amável, Ángel expressava diante de seus camaradas sua sincera humildade. Para ele, acreditamos, seu pensamento estava sempre na organização da vanguarda política da classe operária. Sua constante participação nas reuniões e nos cursos de formação do partido provam a lealdade, constância e firmeza de convicção.

Ángel Capare está junto a seus camaradas Guillermo Lora, Isaac Camacho, César Lora, Victor Siñani, Pastor Pelaez, Agar Peñaranda, Eduardo Mendizábal e outros e junto aos mineiros que tombaram nas batalhas por uma sociedade sem classes.

As novas condições da luta de classes no Brasil e a dura tarefa de conquistar a independência do proletariado

No início de março, divulgou-se o cálculo da queda de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016. Considerada a retração de 2015, a economia brasileira encolheu 7,2%. O que resultou na queda do PIB per capita, uma vez que a população cresceu. Entendido o período recessivo para o segundo trimestre de 2014, os analistas calculam uma perda de 11%. Foram destruídos 2,613 milhões postos de trabalho. O desemprego, calculado segundo a procura de vagas, atingiu nesse período 12,342 milhões de trabalhadores. Dados mais recentes apontam 13,5 milhões de desempregados. O consumo familiar caiu 4,2%, em 2016, depois de ter recuado 3,9%, em 2015. A queda do PIB industrial, que despencou 6,3% no ano de 2015 e 3,8% em 2016, acabou por envolver o comércio e serviços: 210,6 mil lojas fecharam as portas (pode ser muito mais, uma vez que o cálculo se baseia nos estabelecimentos em que os trabalhadores tinham a carteira assinada). A Confederação Nacional do Comércio calcula que em três anos houve uma queda de 20% nas vendas. A recessão teve na indústria automotiva seu ponto alto. Em 2011, no auge da euforia, produziu 3,7 milhões de veículos, retrocedendo para 2,2 milhões em 2016. A indústria em geral padece de uma ociosidade de 30%. Nestas condições, os investimentos em 2016 foram avaliados como um dos mais baixos desde 1996, caindo para 16,4% do PIB. As demissões em massa e o respectivo desemprego retiraram da economia R\$ 8,028 bilhões. Está aí por que se tem assinalado como uma das mais longas e profundas recessões pelas quais passou a República.

A expectativa, porém, para 2017 é de que a recessão ficará para trás. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, jogou o seu otimismo às alturas. Mas condicionou a volta ao crescimento às reformas da previdência e trabalhista. O cálculo inicial do governo golpista era de que em 2017 haveria um crescimento de 1%. Agora, com os dados catastróficos de 2016, já se fala em revisão da meta. As instituições financeiras acham que pode haver uma queda de 0,3% ou uma alta de 1%. Sendo assim, fixam um prognóstico intermediário de crescimento de 0,5%. Meirelles aproveitou o momento para incentivar os empresários,

afirmando que o governo trabalha para alcançar em 2018 um crescimento de 3,2%. Parece que somente o ministro acredita ou se faz de acreditar nesta possibilidade. Tudo indica que o baixo crescimento seguido de estagnação é o mais provável no próximo período.

O economista Roberto Macedo em seu artigo “O Brasil em estagnação com recessão”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, 16/2, revela a tendência de baixo crescimento e estagnação verificada desde a década de 1980. Relata que “as taxas médias de cada década foram: 1980, 3%; 1990, 1,6%; 2000, 3,4% e 2010, 2,2%. Em seu estudo, demonstra que entre 1900 e 1970, nas primeiras quatro décadas, o crescimento médio foi de 4,6% e, nas quatro últimas, de 6,8%. Com essa série histórica, o economista conclui que é preciso um crescimento de pelo menos 5% para cumprir com “as necessidades do País”. Seu objetivo principal, porém, foi o de atacar o governo petista, responsabilizado por um “populismo com fortes traços de patrimonialismo”, defender o governo golpista de Temer e mostrar suas limitações. Referimo-nos ao seu artigo no que tem de exposição das tendências de baixo crescimento, estagnação e recessão. O restante do artigo serve para apresentar fórmulas prontas já conhecidas, como a de que é preciso resolver o problema da baixa taxa de poupança, a alta carga tributária, etc.

As lições da crise que se abriu no final de 2008 e que se projetou firmemente de 2014 em diante podem ser sintetizadas na constatação de que o Brasil refletiu a bancarrota internacional do capitalismo, as tendências gerais de queda, estagnação e recessão e de destruição de parcelas crescentes das forças produtivas mundiais. As particularidades nacionais não se sobrepõem ao caráter internacional da crise. Muito pelo contrário, ressaltam sua condição de refratária. Há que partir do fato de que a economia interna conta estruturalmente com o predomínio das multinacionais nos ramos fundamentais da produção. É exemplar o caso da indústria automotiva, que, em 2011, detinha 18,2% do PIB. A capacidade ociosa é extraordinária. Hoje, estima-se que “metade do parque industrial está ocioso”. Não se trata, porém,

de um fenômeno tipicamente nacional. Na América do Sul, a ociosidade chega a 51%. Trinta e cinco milhões de automóveis deixam de ser produzidos mundialmente devido a ociosidade. É um indicador de que a crise de superprodução continua a golpear as forças produtivas em toda a parte, apesar de em grau e ritmo distintos de país a país.

O governo de Lula e Dilma tomaram medidas de apoio fiscal ao setor, cujo resultado foi de proteger seus lucros. Os sindicatos, por sua vez, colaboraram com os planos de “flexibilização do trabalho”. Serviram às medidas de demissão em massa e aos programas de redução salarial e destruição de direitos. Permitem, assim, que o grande capital atacassem a força de trabalho e mantivesse o proletariado em posição de recuo. Nada disso impediu que as tendências recessivas avançassem. Observa-se que a queda na indústria automotiva, como indicado acima, é parte da queda geral da economia mundial. Nos anos de crescimento de 2003 a 2008, o mercado mundial puxou o Brasil para cima e seu mercado interno parecia que teria um longo florescimento, ao ponto dos petistas levantarem a bandeira do “crescimento sustentável com distribuição de renda”. O caminho inverso se passou após 2008, apesar de Lula dizer no início da crise que não passava de uma “marolinha”.

O capital financeiro nacional se tornou mais concentrado. Quatro dos maiores bancos – dois estatais e dois privados – detinham 50,4% do total dos ativos, saltando para 72,4%. Itaú e Bradesco tomaram a dianteira do sistema financeiro nacional e reuniram um grande poder de intervenção na economia. A alta concentração na indústria, finanças, agricultura e comércio são uma trava ao desenvolvimento nacional das forças produtivas. Em países de economia atrasada como o Brasil, os monopólios manejados externamente condicionam em grande medida a economia interna. A alta concentração do capital financeiro interno, irresistivelmente, segue os impulsos e refluxos de acordo com os interesses forâneos. O imenso potencial das forças produtivas do País se acha subordinado ao processo de concentração crescente do capital ditado pela estrutura mundial do capitalismo monopolista e pelo saque imperialista.

Não por acaso, no momento, o governo se dirige à entrada de capitais externos. Recorre às privatizações. A indústria do petróleo é uma preciosidade para as multinacionais. O argumento dos entreguistas é o de que, se a indústria nacional não tem como dar conta, há a Shell, a Total, etc. para ocupar maior espaço no setor. A recessão e a derrubada do governo petista vieram servir visivelmente aos negócios que interessam às multinacionais. O enorme escândalo de corrupção, com a Petrobrás no seu centro, tem servido à escancarada política de servilismo às petroleiras. É do interesse do capital norteamericano reduzir o monopólio nacional da construção exercido pelas empreiteiras e o alcance internacional da Odebrecht. Os acontecimentos que envolvem as disputas intercapitalistas nas condições de crise mundial evidenciam a grande ascendência do imperialismo sobre a economia e a política nacionais.

A quebra econômica atinge em grande parte os pequenos e médios capitalistas. Setores da burguesia nacional vinculados

ao grande capital também recebem o impacto. As multinacionais e o capital financeiro concentrado têm recursos para se proteger e contam principalmente com a política dos governos pró-imperialistas. Dilma Rousseff procurou atender aos reclamos da indústria, desonerando os setores que mais peso têm no PIB e na formação da taxa de emprego. Para isso, elevou a dívida pública, apesar de ter por um momento reduzido a taxa de juros (Selic), também a pedido da indústria. Tais medidas atenuaram brevemente a marcha da recessão, que acabou se impondo e potenciando a crise do endividamento nacional. A dívida bruta se aproxima dos R\$ 4 trilhões e a líquida está na casa de R\$ 3 trilhões. Um vasto recurso é despendido pelo Tesouro Nacional para amortizar e pagar os juros da dívida. O Orçamento da União está completamente comprometido pelo parasitismo financeiro. Tornou-se inevitável, no quadro recessivo e de alta no endividamento, a volta dos déficits primários. Fator que comanda a política econômica de qualquer governo burguês. Em outras palavras, é o capital financeiro que determina em última instância as diretrizes governamentais. Nas condições de crise aguda, comparece sem atenuantes à luz do dia.

A derrubada do governo petista se deveu ao imperativo da dívida pública. Para a burguesia, o fundamental está em proteger seus capitais, custe o que custar ao País e à população. Para os explorados, se passa o contrário. Está aí por que é preciso demonstrar que as consequências da quebra econômica recaem sobre as massas. Demonstrar por meio das reivindicações que se opõem aos ataques dos capitalistas e dos seus governos. Os pequenos industriais, comerciantes e serviços passam apuros, parte deles fecha as portas. Mas são os assalariados que se veem diante do desemprego, que se converte em aumento da miséria e da fome. A bancarrota dos estados da Federação, a exemplo do Rio de Janeiro, sacrifica os salários dos servidores e serve de motivo para o governador impor a contenção de gastos com os serviços fundamentais à população e aplicar a exigência do governo Temer de privatizar. É criminosa a aprovação da privatização da Companhia Estadual de Água e Esgotos (CEDAE) pela Assembleia Legislativa, que ocorreu sob grandes manifestações e brutal repressão policial. O endividamento dos estados compõe com a dívida pública federal um gigantesco peso sobre a economia e as condições de existência da população.

A primeira medida tomada pelo governo golpista foi de colocar as contas públicas sob uma disciplina de ferro. O objetivo é fazer caixa para honrar em primeiro lugar os compromissos com os parasitas, possuidores de títulos da dívida pública, parte deles sob o controle de aplicadores estrangeiros. A PEC do Teto permite a Temer manejar o Orçamento em função do déficit primário e da sustentação da dívida pública. A privatização e desnacionalização atendem, portanto, às exigências do capital internacional. As reformas da previdência e trabalhista estão a serviço do recrudescimento da exploração do trabalho. De conjunto, a burguesia está impondo à classe operária e aos demais oprimidos um brutal retrocesso em nome do crescimento, volta dos empregos, produtividade e competitividade. E impondo maior submissão do País ao imperialismo. O que tem sido possí-

A alta concentração do capital financeiro interno, irresistivelmente, segue os impulsos e refluxos de acordo com os interesses forâneos. O imenso potencial das forças produtivas do País se acha subordinado ao processo de concentração crescente do capital ditado pela estrutura mundial do capitalismo monopolista e pelo saque imperialista.

vel a um governo nascido do golpe e afundado na enorme crise política devido à colaboração de classes imposta pela burocracia nos sindicatos e no movimento operário. Cresce o descontentamento, mas os freios continuam a conter a revolta instintiva. Essa situação poderá mudar, no entanto, com o agravamento da crise. As manifestações de setores da pequena burguesia indicam essa tendência.

O golpe institucional foi a prova definitiva para o PT e seus aliados. Mostraram-se completamente submetidos às relações políticas do Estado burguês. Não tiveram como se defender da Operação Lava Jato. Mergulharam de corpo e alma na corrupção. Corrupção que é típica da política burguesa, que é inerente a todos os partidos da ordem capitalista. As massas deram aos reformistas a possibilidade de pôr em prática seu programa. Não tiveram as respostas esperadas. E não poderiam ter. Apenas estiveram iludidas em torno das grandes promessas do nacional-reformismo. O PT exerceu a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Serviu aos interesses das multinacionais e dos parasitas que sangram o Tesouro Nacional. Procurou atender aos interesses de uma fração da burguesia nacional, ao mesmo tempo em que correspondia aos interesses de uma fração da burguesia imperialista. Acabou caindo por suas próprias contradições. Não foi capaz de levantar as massas contra o golpe. Tornou-se um aparato essencialmente eleitoral e institucional. Todas as correntes de esquerda que o seguiram, que claudicaram ou que vacilaram não podem servir de instrumento para construir o partido e enfrentar a situação de crise aguda. No momento, o PT se bate por se reerguer como oposição burguesa. Dá continuidade à política de conciliação de classes, apoiando-se no seu braço sindical, a CUT. Neste transcurso do governo Temer, já evidenciou sua adaptação. A dura batalha pela independência de classe do proletariado permanece, mas sob as novas condições da luta de classes.

É a esse curso dos acontecimentos que a classe operária e sua vanguarda devem responder. O capitalismo em decomposição somente pode ser combatido com o programa da revolução proletária. A tarefa estratégica se concentra em criar as condi-

ções para a luta de classes ganhar proporções revolucionárias. Não há outra via para organizar os explorados no campo da independência de classe senão a defesa das reivindicações e das tarefas que se oponham à exploração do trabalho, à ofensiva do imperialismo e ao governo burguês de plantão. Enquanto a burguesia permanecer no poder e no comando da economia, as forças produtivas nacionais estarão à mercê dos interesses dos monopólios e do capital financeiro parasitário. A dívida pública e a pesada carga dos juros continuarão a condicionar a economia e a vida do País. É preciso romper essas amarras que mantêm o país atrasado, que conservam as brutais desigualdades regionais, que permitem a alta concentração de riqueza a serviço de poucos e de pobreza que sufoca a maioria.

A expropriação dos capitalistas e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista, libertará o Brasil semicolonial das arcaicas relações de produção. A revolução proletária arrancará as travas que impedem o livre desenvolvimento e a utilização do enorme potencial econômico do País. Evidentemente, o ponto de partida está em combater pelas reivindicações que defendem as massas da barbárie e que as levem a se confrontar com a política pró-imperialista do governo burguês. Em nível da propaganda, coloca-se a bandeira de “Abaixo o governo golpista de Temer!” “Por um governo operário e camponês!” Em nível de agitação, colocam-se a bandeiras de: “Abaixo as reformas antinacional e antipopular!” “Não pagamento da dívida pública!” Em defesa dos empregos e salários, aplicando a escala móvel das horas de trabalho! Diante das demissões, organizar a greve e ocupar as fábricas, para impor o controle operário da produção. Diante da fragmentação do movimento sindical imposto pela burocracia, defender a frente única sindical. Diante das privatizações e da interferência das potências no País, pela constituição de uma frente única anti-imperialista. É com a aplicação do Programa de Transição que a vanguarda que luta por construir o partido marxista-leninista-trotskyista ajudará o proletariado a se libertar das direções conciliadoras, pró-capitalistas e incapazes de travar a luta contra o domínio imperialista.

Argentina

A resposta popular ao ajuste acelera a crise do Governo Macri

A paralisação geral das atividades convocada para o dia 6 de abril deve ser parte de um plano de luta para derrotar completamente a política de submissão aberta ao capital financeiro.

O Governo e a burguesia seguiram adiante com todo tipo de medidas contra as massas: mais de 300 mil demissões, tarifas, inflação descontrolada, que provoca uma forte depreciação do salário real e das aposentadorias, crescimento da pobreza, do desemprego e da apropriação do patrimônio nacional. E ainda pretendem ir mais a fundo com a destruição de conquistas laborais. Ao mesmo tempo, têm tomado decisões que transferem recursos aos setores mais poderosos da economia (energia, agronegócios, mineração) e preparam novas medidas para aumentar os seus lucros.

O Governo aumentou de maneira extraordinária o endividamento externo, tomando empréstimos para facilitar a fuga de capitais, a especulação e para cobrir o déficit do orçamento.

Foram restabelecidas as relações com o FMI, que fez a sua visita de controle em novembro do ano passado, na qual deixou instruções para aprofundar as medidas de ajuste contra as massas. A dívida externa, somada ao crescimento do endividamento interno, geram um pesado encargo com os juros, que absorvem uma proporção crescente do orçamento nacional.

O Governo insiste com o seu entreguismo ao capital financeiro para que venham explorar o petróleo, a mineração e outros setores, está disposto a abrir completamente a economia para pôr fim a décadas de protecionismo. A abertura de importações dá um golpe mortal a vários setores da economia. Se o Governo não avança mais em sua política de entrega é porque existe a crise econômica internacional e por causa da crise política interna que se agrava.

Neste marco, os escândalos de corrupção que explodem no Governo (Correios; propinas da Odebrecht; sucateamento da

Aerolíneas Argentinas e promoção de linhas aéreas de propriedade do Presidente e de funcionários; as empresas no Panamá, etc. etc.) agravam mais ainda a situação política porque abalam os acordos entre as frações que formam parte da coalizão do governo.

O Governo tem conseguido golpear as massas e avançar com os seus objetivos, mas com limitações. Tem fracassado pelos desastres econômicos que tem provocado e pela resistência que se tem gerado, inclusive entre os seus próprios votantes.

Mudou várias vezes as suas decisões sobre as tarifas de gás e luz, mas certamente impôs um ajuste tarifário que para importantes setores da população é impagável. Terá de ver se conseguirão cobrar as faturas que estão enviando. Suspendeu até depois das eleições o ajuste no transporte e moderou alguns ajustes com o objetivo de evitar uma derrota eleitoral. Teve de voltar atrás com a redução da porcentagem de ajuste nas aposentadorias.

As importações de produtos manufaturados (que também são produzidos no país) cresceu fortemente e a redução das tarifas alfandegárias de muitos destes produtos tem levado ao fechamento e suspensão de numerosos estabelecimentos. Isto em meio a uma forte queda da demanda interna. Esta situação colocou no centro das discussões a questão das importações indiscriminadas. Que são uma questão central na política colonial do Governo que impulsiona a incorporação do país a acordos de livre comércio com as potências.

Cresce a resistência popular, organizada, com uma direção sindical burocratizada que apóia o Governo, com direções sindicais também burocratizadas que se apresentam como opositoras, mas que boicotam toda possibilidade de generalizar os conflitos. Com movimentos sociais que também têm acordos com o governo em troca de algumas concessões, a resistência rompe estas amarras como pode, enfrentando os golpes, denunciando os mesmos, pressionando as suas organizações para que respondam, exigindo uma luta de alcance nacional.

A oposição burguesa também tem garantido a governabilidade, os legisladores, os governadores, inclusive aqueles que formaram parte do governo anterior, e tem permitido que um Governo de direita, conformado por empresários, possa ir adiante com o seu programa antinacional, que já era conhecido.

Neste quadro de luta nacional, os professores têm colocado o Governo em cheque com as suas paralisações contundentes, que abarcam praticamente todo o país, com enormes mobilizações, como a de 6 de março, e com uma atitude firme de sustentar a luta até derrubar a política dos governos, que não querem que a paritária docente se converta em um exemplo para o resto dos sindicatos e ao mesmo tempo dar uma referência de dureza contra o movimento. Cada mentira, cada manobra, cada ameaça, cada provocação teve como resposta uma maior confrontação por parte dos trabalhadores. Semelhante força exerceu pressão sobre o resto dos sindicatos.

No dia 7 de março, se realizou uma mobilização multitudinária da CGT, provavelmente com mais de 400 mil trabalhado-

res. Muitas categorias pararam para participar. O conjunto dos trabalhadores reivindicou o início de um plano de lutas com uma paralisação geral, que a burocracia não queria confirmar. Foi tamanha a crise que a burocracia teve de marcar a data para o próximo 6 de abril.

O ato e a paralisação de mulheres no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, 8 de março, também foi multitudinário e apontou os seus canhões fundamentalmente contra o Governo Macri.

A oposição burguesa tentará capitalizar o descontentamento nas eleições. Uma derrota de Macri será o seu fim, os próximos dois anos serão ingovernáveis. Discutem como responder politicamente de forma unitária em uma frente antimacri para

pegar as massas e desviá-las de seu curso. Macri, por sua vez, trata de polarizar o seu discurso contra o kirchnerismo, acusando-o de desestabilizar o governo e de estar por trás de todas as mobilizações e greves, mesmo sabendo que isto não é real. Trabalhará para dividir a oposição para não ser derrotado nas eleições ou para dissimular melhor a sua derrota.

Não é nas eleições que as massas encontrarão uma saída para derrotar esta política. Na realidade, os chamados “opositores” têm sido cúmplices do Governo, de forma que este teve espaço para golpear o movimento desde o princípio. Os trabalhadores são quem tem respondido com os

seus métodos de luta, têm feito retroceder o Governo e o tem colocado em crise. Os setores burgueses arruinados não têm como comover o Governo e tentam atuar por meio dos setores sindicais.

Está colocada a necessidade da luta pela unidade das massas, para desenvolver um plano de lutas que comece por uma greve geral. No curso desta luta, devemos avançar na delimitação dos objetivos políticos, do programa, a estratégia de luta e nos organizarmos para recuperar os sindicatos e a central operária. Devemos apontar sempre que somente com a ação direta das massas essa política será derrotada. O peronismo se desloca cada vez mais à direita, limitando seus encaminhamentos ao antimacrismo, a restabelecer uma cota de maior protecionismo e recuperar o mercado interno. Abandonou por completo toda bandeira de ruptura com o imperialismo, de nacionalizar a terra, os bancos e o comércio exterior, acompanhando a submissão da burguesia à linha do capital financeiro internacional.

A classe operária precisa resolver a sua crise de direção, construir o seu próprio partido revolucionário, conquistando a sua independência política para poder dirigir o levante das massas e orientá-lo até a tomada do poder, para iniciar a transformação do país sobre outras bases, socialistas. Somente será possível por meio da revolução social, que termine com a ditadura do capital e instaure o Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado). A classe operária deve derrotar ideologicamente a burguesia para conquistar a sua independência política, superando as variantes nacionalistas que se apresentam para deslocá-la para a direita.

Está colocada a necessidade da luta pela unidade das massas, para desenvolver um plano de lutas que comece por uma greve geral. No curso desta luta, devemos avançar na delimitação dos objetivos políticos, do programa, a estratégia de luta e nos organizarmos para recuperar os sindicatos e a central operária. Devemos apontar sempre que somente com a ação direta das massas essa política será derrotada.

Responder à crise no Chile com a política do proletariado

A crise econômica por que passa o país incrementa as demissões. Em fevereiro, aumentou 8,1%, em relação ao mesmo mês de 2016. O que afeta diretamente e em maior proporção o setor da construção, que corresponde a 19,5%, seguido da caça, pesca e silvicultura. Finanças, seguros, imóveis e serviços técnicos em 15,6%. Outras atividades e profissionais, 9,2%.

Esses dados estatísticos são do governo. O desemprego golpeia os trabalhadores com contratos formais e responde a 72,4% dos pedidos ao fundo do seguro-desemprego. Nestes três últimos anos, o investimento caiu regularmente e a dívida externa atingiu 65,4% do PIB, chegando a U\$ 163,789 bilhões. Segundo o Banco Central, isso se deve ao “aumento das obrigações externas do governo e das empresas”. A insolúvel crise do capitalismo impossibilita a contenção de sua autodestruição, que leva o país a observar e padecer a decadência moral e política da burguesia. A corrupção está presente em todos os governos que substituíram o regime pinochetista, resguardando e favorecendo o empresariado. Seu servilismo é comprovado pelo financiamento que recebe para pagar suas campanhas eleitorais. Disso se desprende a corrupção generalizada de suas instituições repressivas, como as Forças Armadas e a polícia, convertida em um bando de delinquentes. São 36 acusados, submetidos à hierarquia militar, comandada por um general que planifica os delitos distribuindo o dinheiro roubado em distintas contas por meio de cúmplices familiares, subordinados e testas-de-ferro. A corrupção se estende a todos os âmbitos: partidos políticos, que através do voto procuram um lugar na decadente institucionalidade, os empresários, o parlamento, a justiça, burocratas sindicais, etc.

Em meio à putrefação, setores políticos da burguesia se digladiam em uma desbragada campanha presidencial e parlamentar. Aparecem com propostas que consistem em acabar com setores da agropecuária e potenciar a mineração em benefício do grande capital nacional e estrangeiro, que invade e destrói setores que produzem alimentos. Tudo isso para obter alta rentabilidade e manter a opressão da maioria, despojando-a do trabalho, do acesso à saúde e da educação. O que agrava a precária existência de amplos setores urbanos e camponeses.

O economista Álvaro García - que integra o Conselho Fiscal do Ministério da Fazenda e ex-ministro nos governos de Frei e Lagos, ocupa no Conselho Mineiro o cargo de presidente da organização público-privada, que reúne as mineradoras multinacionais e nacionais e de funcionários do governo - apresentou estudos geológicos. Comprovou que existe na zona central entre Santiago e Valparaíso uma reserva potencial de cobre que abarca 1/3 de todo o país e 10% da reserva mundial, cuja exploração aportaria recursos adicionais por 100 anos. A urgência de concretizar esta iniciativa se deve à substancial perda de produção, que em 2016 foi de 5,7 milhões de toneladas. Além disso, garante que esta terá uma queda de 4 milhões a curto prazo. Esta reserva se encontra em Mantos Blancos-Los Bronces, que vai da Cordilheira até o Oeste e onde funcionam as empresas de CODELCO divisão Andina, El Teniente, ambas ligadas a Los Bronces da multinacional Anglo American, que por anos destruíram as geleiras da Cordilheira dos Andes, que, juntamente com a seca, aumentam a aridez da terra usada há séculos na produção agropecuária, cuja extensão é de 2,2 milhões de hectares. O setor produtivo exportador e de abastecimento da grande Santiago e Valparaíso, que representam 50,3% dos habitantes do país, está comprometido. Segundo este mapucista, que passou pelo PS e

hoje milita no PPD, existe a vontade de levar adiante esta iniciativa da mineração nas atuais condições. Cita como exemplos Austrália, Canadá e Estados Unidos. O que geraria recursos para transformar o setor agropecuário em turismo de montanha. Os operários da mineração Anglo American, proprietária das reservas em Antofagasta (II região), Chañaral (III região), Valparaíso (V região) e Metropolitana Santiago, realizaram massivas greves por salários, segurança industrial e contra a contaminação do meio ambiente. Os mineiros da CODELCO se mobilizaram para que a empresa estatal nacionalize as ricas reservas que estão nas mãos deste poderoso conglomerado britânico-norte-americano.

Os projetos de reformas que a presidente Michelle Bachelet continuará impulsionando servirão de base para que o próximo governo continue avançando. Sem dúvida, com referência ao conglomerado da NM, sob demagogia e falsificações, a Câmara de Deputados aprovou a famosa reforma do Código de Águas, logo na primeira seção. A Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) considerou como anticonstitucional, de forma que a nova Lei seria uma expropriação sem indenização e além disso esse direito estabelecido pela ordem legislativa tornaria o uso da água um bem precário. Diante desse sonho empresarial, o governo despachou 5 minutos ao Senado, sendo que a quinta tem por finalidade responder à reclamação e assegurar o fortalecimento das organizações de consumidores e dar segurança jurídica, e com clareza, assegurar que os direitos existentes continuarão sendo indefinidos, com todas as características e definição do domínio, sem caráter retroativo, a não ser caso de catástrofes naturais em que se priorizarão o consumo humano e “caudais ecológicos”. Todas essas iniciativas têm uma finalidade tática neste período eleitoral, mas fieis à Constituição herdada e respeitada por todos, da ultradireita à “esquerda democrática”. Todos comparecem como democráticos burgueses.

A lei aprovada em dezembro de 2016, com o nome de “Fortalecimento da Democracia”, objetivou, entre seus pontos, a reinscrição dos partidos políticos. Os deputados avaliaram que o tempo era suficiente e a porcentagem mínima de 0,25% das pessoas que votaram nas últimas eleições para o parlamento, em que houve uma abstenção de 60%, cheios de confiança a aprovaram. Hoje, aqueles que até ontem eram seus militantes provocaram uma enorme dor de cabeça, porque somente poucos atingiram a meta, a maioria usou muitas táticas e moveu todas as peças ao seu alcance. É o caso do Partido Comunista estalinista, que tornou público e com grande despreendimento a inscrição de um humorista, um pianista muito popular. Embora o partido tenha aumentado as reinscrições, ainda está longe de alcançar as mais de 18 mil filiações, que exige a lei atual. Seus ex-militantes e militantes objetaram o atrevido entusiasmo parlamentar. Para essas eleições, surge uma “nova” referência política, autodenominada Frente Ampla, que reúne diversos setores da pequena burguesia, nascidos dos movimentos a partir de 2011. Constam de estudantes universitários, secundaristas e burocratas sindicais do PC e PS. Dizem se distanciar da Nova Maioria. No fundo, essa diferença se sustenta porque a Nova Maioria é a continuidade da Concertación e esta negociou com o pinochetismo. Com a fórmula não “vamos jogar neste campo”, porque eles “não vão avançar dentro do possível”, isto é, a Frente Ampla mudará as regras do jogo. Referindo-se ao PC, dizem estabelecer um diálogo por meio da Juventude Comunista e ter boas relações com a deputada Camila Vallejos. Outro de seus dirigentes, o deputado Gabriel Boric, afirma taxativamente que não são de esquerda

e muito menos marxistas. Não há dúvida disso, uma vez que, no fim do ano passado, viajou juntamente com Giorgio Jackson em uma comitiva do governo integrada pela ministra da Educação, Adriana do Piano, e o ex-lautarista, Jermán Correa, presidente da empresa de ferrovias do Estado (EFE) e outros, impregnando-se da filosofia ideal do neoliberalismo, com o pós-moderno Alain Turraine, sociólogo francês em Barcelona, Espanha.

O movimento operário e dos trabalhadores se encontra debilitado pelas traições de seus dirigentes, convertidos em burocratas e viciados pela decadente burguesia. Estes desmoralizam e imobilizam suas bases, devido à ausência de uma vanguarda operária organizada no partido político.

Os operários da Mina Escondida, depois de 44 dias de greve, considerada a mais longa na história da mineração nacional, voltaram ao trabalho, passando a se apoiar, como único recurso legal, no artigo nº 369 do Código do Trabalho, que paralisa as negociações por 18 meses. Esta jogada dos trabalhadores deslocou os executivos da mineração australiana, por uma inesperada situação que não previram, uma vez que toda ação esteve baseada na prepotência e na enrolação a todo o momento dos mineiros, acusando-os de violentos. Desconsiderando o legítimo direito de defesa, acusando as barricadas como atos terroristas e ameaçando eles, australianos, de não continuarem investindo, dizendo que os Boers eram amáveis, mas muito duros com seus inimigos. Já não se tratava do discurso suave e mesquinho sobre “o que construímos juntos não pode ser usufruído por outros” (referindo-se a que os novos trabalhadores deviam ganhar menos que os antigos). Argumentavam

Crise no Paraguai

É necessário pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskyista

Na terça-feira, 28 de março, o Congresso Nacional do Paraguai aprovou uma emenda constitucional que permite a reeleição presidencial para 2018. Foi assim retirado da Constituição Nacional, aprovada em 1992, o Artigo 229, que estabelecia que os cargos de presidente e vice-presidente não são prorrogáveis, isto é “*não podem ser reeleitos em nenhum caso*”.

O Artigo era um legado do processo de redemocratização. Os partidos burgueses dominantes (colorados e liberais) estabeleceram um acordo que objetivava preservar a estabilidade institucional e evitar que a luta gangsteril pelo poder levasse as frações da burguesia e da oligarquia latifundiária a uma ruptura de graves consequências políticas para o regime burguês.

Com a retirada do Artigo 229, finalmente, cumpriu-se um objetivo amplamente desejado pelas frações políticas oligárquicas, que há anos são dominantes no aparelho do Estado. Os obstáculos de 2016 tinham sido superados quando o projeto apresentado pela fração “colorada” ANR-PC, liderada pelo presidente Horácio Cartes - foi barrado pela ferrenha resistência da fração “colorada” dissidente e do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), que dominavam amplamente o Senado.

Cartes não tinha como superar esse entrave pela via do funcionamento “orgânico” do Congresso. Preparou-se então uma manobra que permitisse realizar o golpe de mão com a cobertura “legal” de uma votação parlamentar. Evidentemente, ainda persistia o empecilho dos “colorados” dissidentes e dos liberais. Superado o entrave no Senado, o governo sabia que contava com a ampla maioria na Câmara dos Deputados, assim como no Tribunal Superior Eleitoral, que terá de convocar o referendo popular sobre a emenda constitucional.

que juntos podemos aumentar a produção e flexibilizar o trabalho, o que significava diminuir em 17% o número de trabalhadores e acabar com as 12 horas de descanso obtidas nos acordos anteriores. Esse foi o nó do conflito: a manutenção dos benefícios, rechaço às demissões e igualdade salarial entre novos e antigos trabalhadores, rejeitando absolutamente a versão da imprensa burguesa e dos empresários, que mostravam que o único ponto de diferença era o Bônus pelo Término do Conflito. Para tornar mais verídico, a imprensa aumentava mais de 12 milhões de pesos esse benefício que foi entregue à mineração “voluntariamente”. Para não subir os salários, este bônus foi incorporado aos benefícios anteriores, que somente podem-se modificar por uma negociação entre empresa e trabalhador.

A prepotência empresarial, expressão do capitalismo, forçou a classe operária e demais trabalhadores a uma organização fortemente unida, que nenhum outro setor pode alcançar, o que lhes permite dissociar e combater qualquer ato de individualismo destruidor da pessoa e da organização social como classe operária, instinto revolucionário e comunista, que nasce natural e espontaneamente. O proletariado possui, em essência, o marxismo como princípio elementar da consciência de classe, estruturada no programa revolucionário, que acabará com a propriedade privada, que será transformada em propriedade social. O pequeno burguês Boric é antimarxista, porque defende a propriedade privada. A pequena burguesia não tem programa para defender, de forma que se apoia, de maneira oportunista, na burguesia ou revolucionariamente no proletariado.

Está aí por que a ANR-PC selou um acordo com a Frente Guasú (FG), do ex-presidente Fernando Lugo, para aprovar a emenda à revelia da fração dissidente do PC e do PLRA. Nos cálculos dos reformistas da FG, estava a avaliação de que apoiar a emenda que poderia favorecer Fernando Lugo, uma vez que o habilitaria a concorrer como candidato em 2018.

Como resultado do acordo, votou-se uma mudança ao regulamento do Congresso, que modificava o número de votos necessários para se alcançar uma maioria simples. Com 25 senadores de um total de 45, se realizou finalmente uma sessão na sede da FG. Não foram informados nem os dissidentes, nem o próprio presidente do Senado, Roberto Azevedo.

Divulgada a votação, a fração opositora do PC e o PLRA convocaram um protesto e realizaram uma marcha até o Parlamento, visando à anulação da decisão. Centenas se mobilizaram na noite da quinta-feira. Porém, o governo afirmou que não voltaria atrás.

O impasse foi rompido na sexta-feira, quando, sob a liderança de dirigentes do PLRA, centenas de manifestantes atacaram o Congresso, saquearam e atearam fogo ao salão principal. Na frente dos protestos, destacou-se a presença do presidente dos “liberais autênticos”, Efraín Alegre.

O governo reprimiu brutalmente o protesto. Centenas de policiais se lançaram contra os manifestantes e as barricadas erguidas. Depois, os confrontos se estenderam por diversos bairros da capital, Assunção, contabilizando 200 presos e 50 feridos. A decisão do governo foi a de esmagar a oposição. Na madrugada de sábado, a tropa de choque invadiu a sede dos liberais, atirando contra seus ocupantes e assassinando uma liderança da juventude, Rodrigo Quintana, que tombou sob o impacto de nove balas, uma delas na cabeça.

Um dia após os protestos e em coletiva da imprensa, o governo voltou a acirrar seus ataques. O presidente do PC, Pedro Alliana, afirmou que os atos de violência foram “*premeditados e estruturalmente organizados*” pela oposição. No entanto, o governo logo percebeu que a brutal repressão e perseguição política contra a oposição poderiam radicalizar os protestos e levar a crise política a graves consequências. Demitiu, então, o ministro do Interior, Tadeo Rojas, e o comandante da Polícia Nacional, Crispulo Sotelo. Horas mais tarde, foi detido o policial que matou o manifestante. Procurou assim se desresponsabilizar pela repressão e abrir uma via de “diálogo” com a oposição, na qual a Igreja seria mediadora. No mesmo sentido, pronunciou-se o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, que chamou os partidos a “velarem pela paz” e “pela democracia”.

O fundamental dessa descrição dos acontecimentos está em que a situação política a qual atravessa o país mostra que se agravaram os choques entre as frações burguesas. É certo que as disputas interburguesas são parte orgânica da vida institucional do regime burguês. O Parlamento e as eleições são os meios pelos quais se realiza a centralização das forças burguesas. Mas as particularidades das violentas disputas no interior da democracia formal nos países atrasados e semicoloniais, como no Paraguai, é que expressam as tendências ditatoriais.

Desde a conformação da República, dois partidos concentraram as frações oligárquicas: o Partido Colorado e o Partido Liberal, que constituíram os fundamentos do bipartidarismo, que serviu ao revezamento das forças burguesas no exercício do poder. Essa condição se expressou nos períodos de hegemonia política dos colorados (1887-1904; 1947-2008) e na dos liberais (1904-1936; 1937-1940). Finalmente, a disputa foi decidida em favor do PC. O papel chave desse processo coube à ditadura de Alfredo Stroessner, que deu aos colorados o monopólio do exercício do poder.

Excepcionalmente, assumiram o comando do Estado três forças políticas não orgânicas a essa estrutura política histórica. Tratam-se do Governo Popular, do Coronel Rafael Franco, de conteúdo nacionalista burguês (1936-1937), e da ditadura comandada por Higinio Morínigo (1940-1947). A terceira experiência foi a do ex-padre Fernando Lugo (2008 a 2012).

A Aliança Patriótica para a Mudança (APC) resultou da aliança de Lugo com a Concertação Nacional (CN), que reuniu os “colorados dissidentes” e os “liberais”. Diante da decomposição do PC, a APC ganhou as eleições em 2008 e empossou Lugo na presidência. O “governo popular” que avançaria as reformas e favoreceria os explorados, especialmente realizando a reforma agrária, não passou de um governo de conciliação de classes. Mas nem por isso deixou de afetar os interesses das frações oligárquicas dominantes. O favorecimento de setores que se apoiam no mercado interno e no parasitismo do Estado não foi assimilado pelos colorados. O conflito resultou no golpe que cassou Lugo (12 de junho de 2012), interrompeu a experiência luguista e abriu passagem a uma nova centralização das forças burguesas. As frações que serviram de apoio ao ex-padre passaram às conspirações. O vice-presidente, Francisco Franco, do PLRA, na posse da presidência do Congresso, facilitou o processo de cassação e se ergueu com apoio da ANR-PC como o presidente encarregado da transição a novas eleições.

Realizadas novas eleições, a liderança dos colorados e reconhecido traficante, Horacio Cartes, resultou eleito. Avançou rapidamente as medidas de maior penetração monopolista e desnacionalização das estatais (rodovias, aeroportos, empresas de energia, água, telecomunicações, etc.). A Lei de Aliança Público-Privada (APP) constituiu, nesse sentido, um rude golpe nos interesses das

frações da oligarquia colorada e liberal, interessadas na permanência dessas empresas sob o controle do Estado. A política monetária de valorização do Peso agudizou os atritos, uma vez que encareceu os produtos consumidos no mercado interno e favoreceu os grandes exportadores (agroindustriais, pecuaristas, etc.) e os latifundiários, fração à qual pertencem as maiores lideranças políticas da ANR-PC e dos ex-stroessneristas.

O processo que agravou ainda mais esse quadro foi a decisão do governo de favorecer a penetração das multinacionais e sua aquisição dos ativos estatais. Assim, limitou o acesso das frações oligárquicas opositoras aos recursos financeiros e subsídios estatais, destinando uma maior fatia do orçamento ao pagamento da dívida (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O essencial da situação está em que o impasse político põe à luz do dia os fundamentos econômicos do agravamento da luta entre as frações oligárquicas. Isto é, mostra quais as mudanças nas suas relações políticas com base na luta pela repartição da mais-valia nacional. O controle sobre o aparelho do Estado é fundamental para atender os interesses.

É nesse sentido mais geral que a reeleição se impunha para garantir a permanência de um governo que demonstrou grande serventia ao imperialismo e às frações dominantes da oligarquia. Eis por que a reforma aprovada em 28 de março também elimina as atribuições do presidente do Senado de rejeitar projetos e reduz a quantidade de votos necessários para a aprovação de leis (quórum). Não se tratava apenas da reeleição, mas também do fortalecimento do poder presidencial para exercer a centralização de Estado.

Do que temos exposto, evidencia-se que o choque da oposição burguesa com o governo de Horacio Cortes não diz respeito aos interesses dos explorados. As massas oprimidas não viram por que defender um Parlamento corrupto, venal e oligárquico que se acha em posição de ataque a suas condições de existência. E não tinham por que apoiar os liberais e colorados dissidentes. E certamente ainda está na memória da população que a crise que culminou com repressão e morte é continuidade da crise que levou ao golpe institucional contra o governo de Lugo.

Isso explica por que as massas estiveram ausentes dos acontecimentos. Indica que os explorados rejeitam instintivamente se colocar como base de manobras de seus exploradores comuns. Certamente, sua rejeição não comparece ainda como consciência política. Mas, o certo é que as massas vêm realizando uma profunda experiência com a democracia semicolonial e tem comprovado na pele a traição de um governo nacional-reformista, incapaz de romper com as bases materiais da dominação oligárquica e com os elos da opressão social e nacional.

O fato da Frente Guasú e Lugo se aliarem às forças que os defenestraram do poder e desempenharem um lugar fundamental nas negociações em torno da reeleição assinalou o quanto o reformismo se afundou na submissão à oligarquia. Uma semana após a aprovação e dias depois dos confrontos, compareceram na imprensa a exortarem pela resolução dos conflitos “pacificamente”. É com essa completa venalidade que os reformistas se arvoram de representantes das aspirações populares, para depois traí-las.

Esse é, sem dúvida, o aspecto fundamental para uma avaliação das vias e dos métodos pelos quais se processará a ruptura dos explorados com o regime burguês. O que exige avançar a luta pelas reivindicações, desenvolver as ações coletivas e trabalhar pela independência política do proletariado. Os primeiros passos nesse caminho foram indicados pela greve geral de março de 2014, a primeira após 20 anos, e que teve por reivindicações comuns a defesa da vida das massas e seus direitos contra os ataques desfechados

pelo governo de Cartes. A classe operária compareceu, após década de paralisia, como a força social antagônica ao conjunto da burguesia e seu Estado. Também retomaram a via da luta importantes setores do campesinato e dos estudantes.

O problema reside em que os explorados não contam com uma vanguarda organizada e coesa pelo programa revolucionário do proletariado. O que impede avançar em sua independência organizativa e política. As experiências com agrupamentos que se reivindicam do trotskismo não têm sido positivas. Não se colocam pela construção do partido-programa e não podem expressar a luta pela reconstrução da IV Internacional. É necessário que a vanguarda mais avançada dê um passo à frente, apoiando-se na rica

Venezuela

O recuo de Maduro fortalece a ofensiva da direita burguesa

O imperialismo e governos latino-americanos esbravejaram contra o autogolpe na Venezuela. A OEA aprovou a aplicação da Carta Democrática Interamericana. A oposição direitista levantou a bandeira contra a ditadura de Maduro. Reacenderam-se os conflitos de rua entre chavistas e antichavistas. O governo convocou o Conselho de Segurança Nacional. Finalmente, decidiu pela revogação da decisão do Tribunal Supremo de Justiça. A Assembleia Nacional voltou a funcionar. A oposição obteve uma vitória sem grandes esforços. O governo fez um recuo forçado sob a pressão do imperialismo e dos governos latino-americanos pró-imperialistas encastelados na OEA. A Assembleia Nacional foi reocupada como trincheira dos partidos que trabalham pela derrubada do chavismo. A rapidez como Maduro desfez a dissolução do Legislativo indicou a debilidade do regime montado pelo caudilho Hugo Chávez.

Depois de a oposição fracassar em remover Chávez por meio de um golpe militar em 2002, concentrou-se em sabotar a política econômica, em desmontar o governo por meio de constantes manifestações de setores de classe média (com o movimento estudantil à frente) e de desgaste eleitoral. A crise econômica mundial derrubou o preço das commodities. Sem a alta renda do petróleo, se tornou cada vez mais difícil a sustentabilidade do nacionalismo chavista. A enorme queda econômica atingiu amplamente as massas. Os programas assistenciais desabaram diante do avanço da pobreza e miséria. A morte de Hugo Chávez acelerou a fragilização do regime bolivariano. As dificuldades eleitorais do governo e a necessidade de conter as manifestações da direita estudantil com repressão indicaram que o nacionalismo chavista havia se esgotado.

O proletariado desorganizado e sem seu partido não teve como assumir o combate às forças pró-imperialistas e preparar as condições para superar o nacionalismo burguês decrépito. A crescente polarização entre as duas frações burguesas tem arrastado parcelas da população por trás do choque em torno do poder do Estado. A ausência do partido revolucionário marca profundamente a situação de crise na Venezuela. O movimento contrarrevolucionário pró-imperialista avança e o nacionalismo chavista recua. O cerco montado pelos Estados Unidos e pelos países latino-americanos governados pelas frações burguesas mais organicamente vinculadas ao imperialismo apertou o torniquete ao regime chavista. Somente o proletariado, com o programa da revolução social, pode rompê-lo e impor a independência nacional da Venezuela.

experiência dos explorados com a decomposição da oligarquia, de seus partidos e do Estado.

Não há outro caminho que trabalhar firmemente pela superação da crise de direção revolucionária, organizando a vanguarda revolucionária em partido, marxista-leninista-trotskista, e penetrar no seio do proletariado, do campesinato e da juventude oprimida. Essa é a condição para se desenvolver a estratégia do governo operário e camponês, que resulte da derrocada da burguesia do poder do Estado. É preciso enfrentar a crise da burguesia e do Estado com o programa da revolução proletária, com a busca pela unidade operária e camponesa e com a organização da maioria oprimida contra a opressão imperialista.

O embate no seio da democracia formal tem favorecido a oposição, que ainda não reuniu forças para derrubar o chavismo por meio de um golpe militar. Em sua retaguarda, se formou um novo alinhamento de países da América do Sul, orquestrados pelos Estados Unidos. O movimento montado pelo chavismo, petismo, masismo, kirchnerismo, correísmo e castrismo, voltado a constituir um alinhamento nacional-reformista, desabou. A UNASUL, criada em maio de 2008, não teve como cumprir o objetivo de afastar a influência direta dos Estados Unidos. A utilização do MERCOSUL para levar adiante a política do nacional-reformismo se desfez com o golpe de Estado no Brasil, precedido do golpe no Paraguai, e com a derrota eleitoral do kirchnerismo na Argentina. A suspensão da Venezuela indicou a ofensiva das forças burguesas pró-imperialistas. A UNASUL, por sua vez, já não servia para romper o isolamento do governo Maduro.

Na crise, a OEA, que parecia limitada e quase sem função, retomou sua condição de aparato dos Estados Unidos no seio da América Latina. Na reunião do Conselho Permanente, 17 países votaram a favor da aplicação da Carta Democrática Interamericana. Foi aprovada por aclamação, o que indica que não houve embate. Quatro países se abstiveram. Bolívia, Nicarágua e Venezuela deixaram a reunião em protesto. De nada adiantou a tentativa do representante da Bolívia, que exerce a presidência do Conselho, de suspender a reunião e ganhar tempo. Sua decisão foi simplesmente desconsiderada. O fato é que tudo estava montado antecipadamente. Ao sair da reunião, Samuel Moncada, da Venezuela, afirmou que seu país não acataria o resultado por ser ilegal. Passaram-se poucas horas para as Forças Armadas da Venezuela darem um ultimato ao Conselho de Segurança e a Maduro para que acatassem a declaração da OEA.

Em 2001, foi aprovada a Carta Democrática Interamericana. Sua função foi a de dar cobertura ao intervencionismo norte-americano. Os governos nacional-reformistas que apoiaram a sua criação mal sabiam que sua aplicação dependia da disposição dos Estados Unidos e dos interesses de governos vinculados aos interesses do capital financeiro e monopolista. Os fatos mostram que não serviu para coibir os golpes em Honduras, Paraguai e Brasil. A definição do que é democracia e do que é golpe dependem essencialmente dos Estados Unidos que atuam por cima dos Estados Nacionais. O fundamental, portanto, está em que é um instrumento de intervenção que se opõe à

autodeterminação das nações oprimidas. A evocação da Carta contra o governo de Maduro serviu de apoio à oposição pró-imperialista, intimamente ligada aos Estados Unidos, que estiveram por trás do fracassado golpe contra o governo de Hugo Chávez, em 11 de abril de 2002. É bom lembrar que os militares fecharam a Assembleia Nacional, anularam a Constituição de 1999 e colocaram na chefia do governo o presidente da Federação do Comércio (Fedecâmara). Os Estados Unidos e Espanha reconheceram imediatamente o governo golpista. Somente voltaram atrás diante do seu fracasso. O que, agora, de fato, se colocou em questão, portanto, não foi a democracia, mas sim a defesa da oposição que se potencializou no último período.

Nas eleições legislativas em fins de 2015, a oposição conquistou a maioria parlamentar. O Tribunal Superior de Justiça (TSJ) suspendeu três parlamentares, sob a alegação de violaram a lei eleitoral comprando votos. A Mesa Unidade Democrática (MUD), que reúne a oposição, não admitiu a cassação do mandato. O motivo alegado pelo TSJ para fechar a Assembleia Nacional é o de que sua decisão sobre os parlamentares estava sendo desrespeitada. Ocorre que o poder alcançado pela MUD passou a inviabilizar a administração chavista. Maduro foi obrigado a recorrer aos decretos para governar. O TSJ, por sua vez, não tem permitido que a oposição se impusesse perante o governo. A defesa da oposição da revogação do mandato de Maduro, em 2016, por meio de um plebiscito, recrudescer o embate em torno do poder. Esse quadro de instabilidade se

assenta na crise econômica, na sabotagem empresarial, no cerco montado pelos Estados Unidos, na mobilização sistemática da classe média contra o chavismo e no descontentamento crescente da maioria oprimida. O impasse será resolvido por uma derrota eleitoral do chavismo ou por um golpe militar. As duas variantes estão postas na situação. A exigência dos generais para que o governo recusasse foi um sinal de perda de força do chavismo entre os militares.

O nacionalismo bolivariano já não tem para onde ir. No momento em que a economia cresce e a renda petrolífera era alta, Hugo Chávez restringiu seu programa a estabelecer maior controle sobre a PDVSA, mas sem impor uma nacionalização geral. As multinacionais continuaram a explorar as ricas reservas venezuelanas, embora limitadas pela centralização da PDVSA. Não faltaram as sabotagens dos adversários do bolivarianismo. Essa limitação se expressou generalizadamente. As nacionalizações com indenizações na indústria, comércio e agricultura não foram além do assimilável pela burguesia e pelo imperialismo. Passado o bom momento do petróleo, o governo bolivariano perdeu o chão sob seus pés. A oposição foi derrotada e desmoralizada depois do golpe fracassado. Mas o chavismo não pôde esmagá-la, uma vez que essa tarefa exigia que se contrapusesse frontalmente à oligarquia venezuelana e

aos Estados Unidos. Em nome da democracia, ou da idealização da nova democracia bolivariana, o chavismo permitiu que as forças pró-imperialistas levantassem a cabeça. A fração burguesa opositora recuperou terreno, pôs no esquecimento a aventura golpista, reorganizou sua base social de classe média, potencializou-se eleitoralmente e neutralizou o proletariado.

O reformismo pequeno-burguês que se socorreu da absurda bandeira de Socialismo do Século XXI, apoiado em intelectuais avessos ao marxismo, portanto, à revolução proletária, logo se confrontou com a crise mundial do capitalismo e com a real situação de subserviência da América Latina aos Estados Unidos. Assistiu cair por terra um a um de seus aliados que também discursavam contra o neoliberalismo e prometiam soberania, desenvolvimento independente e erradicação da miséria. A impotência do nacionalismo bolivariano se desenvolveu diante de sua incapacidade de realizar as tarefas democráticas da Venezuela de capitalismo atrasado, controlada pela oligarquia latifundiária, pela fração comercial e pelas multinacionais. O País necessita de desenvolver suas forças produtivas industriais para poder se valer da gigantesca riqueza petrolífera. Tarefa essa que exige romper com o imperialismo, impor a independência nacional e acabar com as travas da oligarquia agrária-comercial. Nenhuma fração da burguesia venezuelana ou nenhuma força da pequena burguesia tem como pôr em marcha transformações estruturais. O nacionalismo bolivariano é produto da necessidade da nacionalização do petróleo.



O impasse será resolvido por uma derrota eleitoral do chavismo ou por um golpe militar. As duas variantes estão postas na situação. A exigência dos generais para que o governo recusasse foi um sinal de perda de força do chavismo entre os militares.

Limitado ao controle da riqueza petrolífera estava fadado ao fracasso. As multinacionais controlam a indústria e o comércio mundial. Eis por que os nacionalistas estão obrigados a fazer concessões ao capital internacional e, finalmente, de uma forma ou de outra, se renderem. Lutamos contra qualquer ingerência do imperialismo e dos governos latino-americanos lacaios dos Estados Unidos. O Comitê de Enlace levanta a bandeira: “Fora da Venezuela as mãos sujas da OEA, cova de agentes do imperialismo”. Sob ela, convocamos a vanguarda a construir o partido marxista-leninista-trotskyista e a reconstruir a IV Internacional. Convocamos a se colocar sob o Programa de Transição, que deve ser aplicado de acordo com as particularidades da Venezuela. Trabalhamos por ajudar o proletariado venezuelano e latino-americano a aproveitar mais uma das duras experiências com o nacionalismo burguês. Temos claro que o nacionalismo é uma trava à revolução proletária, à unidade operária e camponesa, à resolução das tarefas democráticas sob a ditadura do proletariado e a iniciar a transição do capitalismo envelhecido para o socialismo. Operários, camponeses, demais trabalhadores e juventude oprimida, enfrentemos o imperialismo com o programa do internacionalismo proletário! Superemos o nacionalismo burguês construindo o partido da revolução social!

Derrotar a ofensiva do imperialismo contra a Coreia do Norte

Em meados de fevereiro, a Coreia do Norte realizou novas provas com mísseis balísticos. No dia 1º de março, os Estados Unidos e Coreia do Sul fizeram novas manobras militares em grande escala. Tropas, navios, porta-aviões, tanques, canhões e bombardeiros estratégicos (com capacidade de carregar armas nucleares) foram deslocados para a fronteira entre as duas Coreias.

Desde o fim da Guerra da Coreia, as manobras militares do imperialismo e seu vassalo têm sido constantes, visando a manter preparadas as tropas sul-coreanas e norte-americanas para uma invasão no norte da península. No entanto, diferentemente de outros “exercícios militares conjuntos”, agora foram incorporados os sistemas antimísseis *Defesa de Área de Alta Altitude Terminal (THAAD)* e tropas de elite (Delta Force, Navy SEALs e Army Rangers).

A administração Trump cogita abertamente realizar uma ação militar “preventiva”. Segundo a Casa Branca, o governo de Pyongyang está “*se comportando muito mal*” e a China “*tem feito pouco para ajudar*”. Expressa, na linguagem diplomática, o acirramento das tendências bélicas. As ameaças divulgadas pelo secretário de Estado, Rex Tillerson, vêm nesse sentido. O porta-voz de Trump anunciou a famosa frase que serviu a Obama para ameaçar o Irã: “todas as opções estão na mesa”.

Concretamente, os Estados Unidos aproveitaram o fato para ir adiante com o seu sistema de defesa antimísseis. A Coreia do Sul se tornou um ponto estratégico para o imperialismo na Ásia. Há muito se prepara para possíveis confrontos na região, que envolvem potências como o Japão, Rússia e China. Está aí por que a



A Guerra da Coreia (1950-1953) mostrou o intervencionismo imperialista como fator decisivo para esmagar as transformações, impulsionadas pelas contradições do capitalismo mundial.

China e a Rússia criticaram imediatamente a nova investida dos norte-americanos, que alegam que o programa nuclear da Coreia do Norte põe em risco não somente a segurança da região, mas dos próprios Estados Unidos. O Japão, por sua vez, aplaudiu a pronta resposta de Trump, que pouco antes exigia de seu aliado contribuir com os gastos militares.

O acirramento do conflito da Coreia do Sul e Estados Unidos com a Coreia do Norte reacendeu a discussão sobre a corrida armamentista. Em meio à crise do programa de mísseis e sistema defensivo, ocorreu, na Malásia, o assassinato de Kim Jong-man, irmão de Kim Jong-un. O chefe de governo da Coreia do Norte foi acusado de eliminá-lo por ter se tornando um dissidente. O ministro da Defesa da Coreia do Sul correu a divulgar a notícia de que identificou o veneno que serviu ao atentado. Os Estados Unidos apontaram o dedo contra Kim Jong-un. Mas o fundamental foi a acusação de que se tratava de uma poderosa arma química. A Coreia do Norte não apenas se tornou um perigo nuclear como também quanto às armas químicas e biológicas. Estavam aí as justificativas que reforçavam ainda mais a necessidade do imperialismo de aparelhar a Coreia do Sul para uma guerra regional.

A China é acusada de não fazer nada para deter Pyongyang. É a única aliada e interessada na Coreia do Norte. Em um gesto de satisfação aos norte-americanos, cortou a importação de carvão de seu vizinho. Segundo informações, 42% das exportações para a China correspondem ao carvão. Os Estados Unidos e a ONU têm procurado sufocar a Coreia do Norte com os embargos comerciais. A China sofreu duros ataques do imperialismo por não ter acatado plenamente a decisão. Agora, curva-se para se manifestar contra o direito da Coreia do Norte de desenvolver seu sistema militar. Ocorre que os chineses já fazem parte do seleto punhado de países que detêm armas nucleares. Evidentemente, a contragosto das potências imperialistas que exercem o monopólio do armamento de alta capacidade de destruição. Neste exato momento, a China acaba de lançar seu avião de guerra invisível.

A Rússia, por seu turno, considerou a instalação do sistema de antimísseis um perigo para sua segurança. Segundo as autoridades, por meio dessa tecnologia altamente avançada, os Estados Unidos poderiam interferir na inteligência das bases militares de toda a região. Essa mesma alegação foi feita pela China. O imperialismo, evidentemente, se utiliza do servilismo da Coreia do Sul, de um lado, e da aliança com o Japão, do outro, para

pressionar a China e Rússia a impor à Coreia do Norte as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que têm por princípio o monopólio da energia e armas nucleares. O primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, chegou a aventar um possível ataque para destruir os arsenais norte-coreanos, numa atitude de quem estava sendo

porta-voz dos Estados Unidos, caso Pyongyang não cumpra as determinações da ONU.

É nesse sentido que o governo Trump indicou que pode apoiar a aquisição de armas nucleares pelo Japão, se o governo chinês não “ajudar” no desarmamento da Coreia do Norte. Eis também por que a opressão nacional do imperialismo exercida sobre a Coreia do Sul adquirirá, cada vez mais, um caráter mais violento e ameaçador, considerando que uma fração de sua burguesia tem interesses comerciais com a China e que a oposição burguesa posa de defensora de que é preciso ter alguma independência diante da gigantesca influência norte-americana. Está claro que as desavenças entre a Coreia do Sul e o Japão, originadas na Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia, não cessaram. A tendência, portanto, é de agravamento dos choques em toda a região, uma vez que o imperialismo não permite que sejam colocados entraves à sua hegemonia econômica e militar.

É notória a avaliação de estrategistas da própria burguesia de que a Coreia do Norte não representa um grave perigo ao imperialismo. Certamente, o armamento nuclear norte-coreano implica uma ruptura no monopólio das armas nucleares. Mas,

o nível tecnológico da Coreia do Norte dificilmente poderá ser uma ameaça a um país como os Estados Unidos, que conta com gigantescos recursos e um poderio bélico capaz de esmagá-la. De forma que a “ameaça nuclear” norte-coreana não passa de cobertura para um conflito mais amplo, envolvendo a China, Rússia e Japão. Indica o desenvolvimento das tendências bélicas nas entranhas do capitalismo em crise e desintegração.

O essencial de tudo que temos dito, no entanto, está em que a escalada bélica coloca mais uma vez na ordem do dia o processo revolucionário abortado após a 2ª Guerra Mundial. A Guerra da Coreia (1950-1953) mostrou o intervencionismo imperialista como fator decisivo para esmagar as transformações, impulsionadas pelas contradições do capitalismo mundial. A revolução coreana foi assim amputada e enclausurada nas fronteiras nacionais, em 1953. Nessas condições é que a República Democrática Popular da Coreia (RPDC) surgiu como um Estado operário prematuramente degenerado pelo cerco militar do imperialismo e pelo profundo atraso nacional. As formas dinásticas de governo como foi organizado o poder de casta é a expressão da impossibilidade de construir o “socialismo em um só país”.

Evidentemente, os marxistas que lutam sob o programa do internacionalismo proletário não obscurecem o caráter da ditadura burocrático-dinástica norte-coreana. Mas, nunca se esquecem de que na sua base está a propriedade social dos meios de produção, que constituem conquistas da classe operária mundial.

Está aí o fundamento da tática da vanguarda e do proletariado mundial em se colocar do lado da Coreia do Norte contra o imperialismo e seus servidores. Seu programa na situação está expresso na luta pela expulsão do imperialismo da península coreana e unificá-la com os métodos revolucionários do prole-

Seis anos de guerra civil na Síria

Passados seis anos desde que se deflagraram as manifestações de massa na Síria, o Comitê de Enlace (Cerqui) restabelece os aspectos fundamentais desse processo. O leitor do Boletim Internacional do Cerqui poderá recorrer a nossas formulações anteriores, que procuraram estabelecer os princípios, o programa, os métodos e as táticas adequadas à tarefa de desenvolver a luta revolucionária nas condições de desintegração do capitalismo, marcado por guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Certamente, são as contradições sociais e a estruturação histórica da Síria que definem a forma particular que assumiu o conflito. Mas é o agravamento das contradições estruturais do capitalismo mundial que define, em última instância, seu rumo geral.

Está aí por que damos especial importância à caracterização de quais as forças sociais que encarnam a rebelião da nação oprimida, delimitando-as das forças que expressam a reação interna e externa. Essa delimitação exigiu e exige ainda uma ferrenha luta por formular, na situação concreta e nas diferentes conjunturas, uma linha política marxista voltada a projetar o proletariado árabe do Oriente Médio à tarefa de romper com os particularismos tribais, étnicos e religiosos, construindo o partido marxista-leninista-trotskista e erguendo o programa dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.

É bem possível que os Estados Unidos recrudescam sua intervenção na Síria, sob a orientação do governo Donald Trump. Obama orientou o combate ao Estado Islâmico a partir do Iraque, que dispôs um exército de trinta mil homens para varrê-lo de Mossul. A coalizão montada pelo imperialismo se mostrou

tariado. O que exige romper o socialismo nacional e unificar o proletariado de ambas as Coreias, sob a estratégia do internacionalismo proletário. Essa luta necessariamente passa pelo combate à restauração capitalista em curso na China e na ex-União das Repúblicas Soviéticas Socialistas.

O proletariado norte-coreano tem de constituir seu partido marxista-leninista-trotskista e trabalhar pela revolução política, que lhe permitirá colocar as alavancas do Estado e da economia sob seu controle. O proletariado sul-coreano, por sua vez, dará o primeiro passo na conquista de sua independência política quando deixar de ser refém das aventuras bélicas da burguesia e de seu governo títere do imperialismo.

A península unificada pela revolução social e colocada sob a condução de um governo operário e camponês se erguerá contra a restauração capitalista e colocará um cimento social de onde poderá fortalecer a revolução proletária mundial, retomando assim o caminho traçado pela Revolução Russa de 1917 e pela Revolução Chinesa, 1949.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional luta contra o intervencionismo imperialista na península coreana. Rechaça as posições da China e da Rússia de condenar o direito da Coreia do Norte de possuir seu programa e armas nucleares. Defende a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Coloca-se pela organização da luta revolucionária do proletariado norte-americano, sul-coreano e japonês contra a ofensiva do imperialismo sobre a Coreia do Norte. Defende a unidade do proletariado russo e chinês contra a colaboração da burocracia restauracionista e pró-capitalista com os objetivos das potências de destruir as conquistas da Coreia do Norte.

preparada para desfechar uma carnificina. Trump não faz senão armar uma ofensiva no norte da Síria, apoiando os curdos com quinhentos soldados norte-americanos. Tudo indica que os Estados Unidos mergulharão mais fundo na crise da Síria e do conjunto do Oriente Médio. É fundamental organizar uma campanha internacional contra o intervencionismo das potências e pela autodeterminação dos povos oprimidos.

Conformação histórica

A República Árabe Síria nasceu como resultado do Acordo Sykes-Picot (1916), assinado entre os imperialismos inglês e francês. Nele, se dividiram os antigos territórios do Império Otomano. As regiões que compõem atualmente a Síria foram submetidas ao domínio da França, em 1920.

A Síria surgiu como semicôlônia integrada ao mercado e às relações políticas mundiais dominantes. No entanto, sua conformação como nação preservou o atraso secular e as formas pré-capitalistas de produção e suas correspondentes relações sociais, que passaram cada vez mais a se subordinar ao mercado mundial. As formas e graus dessa integração constituem os fatores objetivos que configuram sua particular estruturação histórica e estão na base da atual guerra civil internacionalizada.

Diferentemente de outros países árabes, a Síria é o mais diversificado etnicamente, composto por sunitas, xiitas, curdos, turcomenos, armênios, circassianos, drusos, judeus e yezidis. Também se verifica a diversidade de religiões: islâmicos e cristãos (gregos ortodoxos, melquitas, maronitas, apostólicos ro-

manos, etc.). Esse quadro dá uma dimensão da complexidade dos choques entre as diferentes nacionalidades e dos embates religiosos, que muitas vezes se combinam e confundem com diferenciações étnicas e de classes. Sobre essa realidade, pesou o colonialismo e pesa o imperialismo moderno.

Está aí por que tanto as disputas interburguesas quanto os choques entre as classes antagônicas se mascaram em geral sob a forma de choques religiosos e étnicos. É por essa via que o imperialismo obscurece a raiz social dos confrontos entre explorados e exploradores. Para reforçar seu domínio sobre as nações oprimidas, as potências se utilizam ora dos sunitas, ora dos xiitas, as duas vertentes religiosas e étnicas preponderantes no Oriente Médio; mas também das outras etnias, para assim as dominarem de conjunto, atuando por cima das fronteiras nacionais.

O regime dos Al-Assad

No surgimento da República, o imperialismo francês se colocou por favorecer e concentrar o poder político na minoria alauita (xiita). Dado seu peso social, só poderia servir aos interesses da burguesia nativa e aos monopólios erguendo-se como um governo centralista e autoritário, capaz de conter os choques tribais e religiosos com mão de ferro. O regime ditatorial surgiu das condições e das contradições do próprio país. Porém, em última instância, pesaram os objetivos traçados pelos monopólios, que necessitavam de um governo capaz de representar seus interesses e impô-los sobre todo o país.

Em 1970, o partido nacionalista Baath (“Ressurreição”) tomou o poder através de um golpe de Estado que se processou no seio da camarilha alauita. Contou para isso com apoio de frações da burguesia sunita. O golpe colocará Hafez Al-Assad no comando da Síria. Com sua morte, seu filho, Bashar Al-Assad, tornou-se presidente da Síria (2000). Nas condições de crescimento do mercado mundial e de relativa estabilidade social, se abriria passagem da ditadura a uma república parlamentar, embora restringida e tutelada pelo monopólio do poder dos alauitas.

Tendências nacionalistas

Com a descoberta de importantes jazidas petrolíferas e com a nacionalização, abriu-se uma rota de colisão com o imperialismo. O que exigiu do regime ampliar seus apoios internos e externos.

Uma limitada reforma agrária, algumas liberdades democráticas, certo grau de autonomia administrativa regional às etnias, liberdade de culto, dentre outras medidas, foram realizadas objetivando criar uma ampla base social interna ao regime entre setores das massas sírias. No campo da política exterior, se aproximou da ex-União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estalinizada, que passará a ter uma importante influência econômica, política e militar no país.

Visando a romper esses alicerces é que os Estados Unidos passaram a se utilizar, de um lado, dos regimes monárquicos sunitas (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Omã, etc.) para isolar a Síria, e, de outro, aproveitar-se dos choques internos.

Das manifestações de massas à guerra civil

Sob o impulso dos ajustes e dos cortes nos serviços sociais (saúde, água, transporte, educação), da destruição de direitos e conquistas, do crescente desemprego (fundamentalmente entre a juventude) e da desagregação da produção agrícola, isto é, da queda geral nas condições de vida dos explorados, se projetaram em 2011 os massivos choques das massas contra a política do governo burguês de Bashar Al-Assad de descarregar as consequências da crise sobre suas costas.

A dinâmica da transformação das manifestações contra o governo em guerra civil indicou a desagregação interna da sociedade síria. No dia 26 de janeiro de 2011, Hasa Ali Akleh jogou gasolina em seu corpo e ateou fogo em “*protesto contra o governo sírio*”, assim como tinha feito Mohamed Bouazizi na Tunísia (17 de dezembro de 2010). Desde fevereiro até junho se massificaram os protestos e o regime passou a reprimir e militarizar o país. Milhares de manifestantes tomaram diversas cidades do país (al-Hasakah, Daraa, Deir ez-Zor, Aleppo, Hama, Homs, Latakia, Damasco, Raqqaetc, etc.) e se confrontaram com as Forças Armadas, tombando milhares de opositores.

(...) o imperialismo obscurece a raiz social dos confrontos entre explorados e exploradores. Para reforçar seu domínio sobre as nações oprimidas, as potências se utilizam ora dos sunitas, ora dos xiitas, (...) mas também das outras etnias, para assim as dominarem de conjunto, atuando por cima das fronteiras nacionais.

Situação essa que espelhava, com suas particularidades, a irrupção geral das massas insurretas no Oriente Médio contra o avanço da exploração social e da opressão nacional, desfechado pelos governos entreguistas e ditatoriais que assumiam a diretriz imperialista de destruição de suas condições de existência. A radicalização da ação coletiva das massas e seu caráter internacional indicaram que os oprimidos árabes se projetavam em luta contra a ditadura dos monopólios por cima das fronteiras nacionais.

A resolução desses choques assumiu formas diversas, segundo a estrutura e particularidades nacionais. No Egito, deu lugar às primeiras eleições realizadas no país e que logo concluiu com a derrubada do governo da Irmandade Muçulmana por um golpe militar. Na Tunísia, se colocou em prática um acordo das frações burguesas para barrar as movimentações e desviá-las ao campo das eleições. No Bahrein, as manifestações foram sufocadas pela intervenção militar do Conselho de Cooperação do Golfo, comandado pela Arábia Saudita. No caso da Síria, a repressão acirrada e os massacres não conseguiram barrar os protestos. Bashar Al-Assad ensaiou então uma série de reformas que facilitassem a via de um acordo nacional entre as frações da classe dominante síria, para assim acirrar a repressão contra os setores mais radicalizados. No dia 26 de março, libertou 200 presos políticos e no dia 29 exigiu a renúncia de seu gabinete. Finalmente, em 21 de junho, anunciou uma anistia geral. Parecia uma via eficaz de abortar as tendências insurreccionais que se projetavam. Confiava para isso na lealdade dos alauitas e dos principais destacamentos armados das Forças Armadas, em especial das forças de elite.

No entanto, um abismo tinha se aberto entre grande parte das massas e o regime. E se aprofundavam os sintomas de sua decomposição interna com frações do próprio governo e Forças Armadas apoiando os protestos. Nesse quadro, o aumento do terrorismo de Estado levou um setor das massas insurretas a se colocar no campo da derrubada armada do regime.

No início de 2012, deflagrou-se a guerra civil, que se mantém até hoje. Morreram, nos protestos, na guerra civil e como resultado do intervencionismo das potências, mais de 350 mil sírios. Cinco milhões migraram para outras regiões do país, para o Líbano, Turquia, Jordânia e outros países e passaram a engrossar os campos de refugiados em condições miseráveis.

Nesse complexo quadro, destacou a ausência de uma direção revolucionária capaz de unificar nacionalmente os protestos e dotá-los de um programa revolucionário. E meio a tal contradição operará, por sua vez, a oposição burguesa para cooptar o movimento e o direcionar para a derrubada do regime. Oposição vinculada ao imperialismo.

Internacionalização do conflito interno

O avanço da oposição conquistando territórios entusiasmou o imperialismo. O Exército Livre da Síria (ELS) e o Conselho Nacional Sírio (CNS) foram chamados pelo imperialismo de “governo legítimo” da Síria. Mas sua composição ficou restrita a poucas frações burguesas opositoras e sem influência real sobre os grupos radicalizados. O certo é que sua existência formal serviu de cobertura às movimentações do imperialismo. Está aí por que se propôs ao governo Assad um acordo que garantisse o controle territorial e autonomia administrativa nas regiões controladas pelo CNS e pelos curdos, visando dessa forma a criar as condições de futuros Estados.

Porém, o fato da camarilha de Assad manter o controle e o apoio de importante fração das massas e de setores da burguesia, inclusive de sunitas, mostrou que o fim do governo não estava próximo. A intervenção da Rússia em setembro de 2015 dificultaria ainda mais esse quadro. Mas, o aspecto decisivo que impediu que esse plano do imperialismo progredisse foi a irrupção dos movimentos islâmicos radicais que não se submeteram ao seu controle e da oposição burguesa. Seu rápido crescimento, a sua ampliação da base social e suas conquistas territoriais puseram em perigo a via traçada pelos Estados Unidos e aliados. O nacionalismo religioso da jihad se tornou um perigo para o regime de Al-Assad e um obstáculo aos objetivos das potências.

Intervencionismo contra a nação oprimida

Em meados de 2014, proclamou-se o Estado Islâmico. Apoiando-se na experiência de fragmentos do exército de Saddam Hussein e tendo por base as facções e tribos sunitas que resistiram militarmente à ocupação norte-americana no Iraque, a jihad avançou em conquistas territoriais. Focalizou-se inicialmente em pequenas regiões do Iraque e da Síria, rapidamente foi estendendo a sua influência, chegando a ocupar um terço do território do Iraque e quase a metade da Síria.

Surgindo do atraso capitalista, da permanência das relações pré-capitalistas e tribais, da opressão nacional e do avanço do intervencionismo imperialista, o EI acabou sendo a força social que galvanizou a resistência das massas contra opressão nacional, utilizando-se do islamismo.

A criação do Califado islâmico estabeleceu uma base para que uma fração da feudal-burguesia disputasse com o imperialismo o controle de ricas jazidas petrolíferas do norte da Síria e no Iraque. De forma que a derrubada de Al-Assad deixou de ser o objetivo principal na situação. Os choques se concentraram em torno do Estado Islâmico. Está aí por que, embora em posições opostas no que diz respeito ao governo de Al-Assad,

à divisão do território e a quais as forças sociais deveriam hegemônizar o controle do aparelho do Estado sírio, o imperialismo e a Rússia coincidiram em esmagar militarmente o Estado Islâmico. Uma poderosa força militar se concentrou na tarefa de esmagar os nacionalistas radicais.

O imperialismo vinha agindo com tropas de forças especiais e assessores militares ajudando a oposição e os curdos. No dia 8 de agosto de 2014, interveio militarmente no Iraque bombardeando posições do EI. Em 2015, estenderá os bombardeios contra o EI até a Síria e logo passará a intervir em grande escala, organizando uma coalizão militar de mais de 60 países. Os atentados de novembro de 2015, em Paris, foram utilizados como pretexto pelo imperialismo para bombardear ainda mais amplamente o EI, sob a justificativa de “acabar com o terrorismo internacional”.

O essencial dessa constatação está em que o EI atingiu interesses vitais do imperialismo. Na situação de recessão, de queda dos lucros e de necessidade de ampliar o saque sobre as nações oprimidas, seja lá de que natureza for o nacionalismo, desde que obstaculize a ofensiva do imperialismo, torna-se um grande inconveniente que deve ser removido à força das armas, se assim a situação exigir. A invasão imperialista ao Iraque em 1991 foi, nesse sentido, um laboratório de grande escala. Estabeleceram-se os métodos por meio dos quais o imperialismo desfecharia sua ira sobre qualquer governo que pretendesse contestá-lo.

Passados três anos desde a criação do EI e do Califado Islâmico, o acirramento das campanhas bélicas das potências contra os jihadistas obrigaram os jihadistas a recuarem, perdendo grande parte do território conquistado. Está claro que sua derrota virá somente com um grande massacre. A tentativa de constituir um Califado Islâmico não passa de um sonho messiânico. O que não significa, evidentemente, que seja derrotada a vontade de resistência e de combate ao intervencionismo imperialista pelas massas oprimidas.

Viradas e realinhamentos

As potências ocidentais e a Rússia continuam sendo as forças decisivas do conflito e apoiando as forças sociais internas à Síria, por meio das quais expressam seus interesses. Tudo indica que seus objetivos convergem em torno da conquista de posição nas negociações para a transição política e depois realizar uma divisão do país oprimido em respectivas áreas de influência. De maneira que qualquer que seja o resultado, a Síria pagará tributo ao intervencionismo das potências com sua desagregação territorial e agravamento da opressão nacional.

Ao redor dessas forças se reúnem e dividem as frações da feudal burguesia árabe, que procura garantir uma quota nas decisões e da exploração dos recursos naturais da região. Essa condição as obriga a entrarem em negociações ora com a Rússia, ora com os Estados Unidos.

O fortalecimento do governo sírio (contando com o decisivo peso da máquina de guerra russa), a desagregação do CNS e o ELS, as vitórias militares das forças iraquianas com apoio dos bombardeios da coalizão imperialista sobre Mossul, bem como a invasão do exército turco no norte do país, criaram as condições para um realinhamento nas alianças das forças intervencionistas. Essas condições empurraram a Turquia a invadir a Síria e entrar em combate com os curdos, que servem de base de apoio às posições norte-americanas. A Turquia

pretende tomar cidades sírias fronteiriças e assim bloquear a expansão e controle curdo sobre os estados do norte da Síria. Trata-se, em última instância, de evitar um governo autônomo do Curdistão sírio, que possa confluir com a região autônoma do Curdistão iraquiano, avançando assim a criação de um Estado próprio. À burguesia turca, é intolerável qualquer sombra de autodeterminação dos curdos.

Erdogan teve de admitir que talvez fosse mais vantajosa a via apresentada pela Rússia e Irã. Os “processos de paz”, janeiro de 2017, patrocinados por esse país junto à Rússia e Irã, poderiam evitar que os curdos fechassem um acordo com esses países ou com o imperialismo contra seus interesses. Por sua vez, o imperialismo precisa proteger seu aliado curdo para, assim, continuar a ter um papel decisivo sobre os rumos do país oprimido. Isso explica por que os EUA deslocaram recentemente tropas a Manjib (norte da Síria), onde os turcos passariam a atacar os curdos. O apoio dos EUA aos curdos, sob a justificativa de evitar uma guerra que enfraqueça os esforços voltados a esmagar o EI, por outro lado, é uma peça chave para manter as tropas dentro do país. A partir aí, poderá controlar uma região rica em petróleo e se voltar mais uma vez contra o governo sírio.

Como se vê, dois aliados históricos se colocaram em rota de colisão, uma vez que o percurso da guerra civil passou a afetar seus interesses estratégicos. Isso explica por que a guerra civil na Síria é um campo de permanentes manobras e contramanobras, com as quais cada fração burguesa se aproveita da situação e dos confrontos para tirar o maior proveito do pisoteamento da autodeterminação nacional do povo sírio.

Contradições e tendências fundamentais

Na Síria se processam as tendências bélicas e o agravamento da opressão nacional nas condições do capitalismo em desagregação. Trata-se de uma expressão das contradições que se acham na base do choque das forças produtivas mundiais - altamente desenvolvidas - com a propriedade privada monopolista dos meios de produção e as fronteiras nacionais, embora ajustada às particularidades nacionais e à estrutura de classes do Oriente Médio. Apesar de terem sido criada pelas potências, as atuais fronteiras nacionais já não mais refletem as correlações de forças que emanam da crise capitalista, do avanço da opressão nacional e do intervencionismo imperialista sobre as nações oprimidas. Mas, o imperialismo está obrigado a atuar no seio de uma realidade social e histórica concreta. De forma que está obrigado a incorporar aos seus métodos de dominação as formas sociais e históricas nas quais se processam os choques internos entre as classes e frações de classes das semicolônias de Oriente Médio.

Está aí, por outro lado, o fundamento de por que a religião islâmica e a divisão entre sunitas e xiitas, assim como os choques nacionais entre as diversas etnias, compõem como campo de manobras para o imperialismo finalmente impor seus interesses mais estratégicos ao conjunto da nação oprimida. Como parte dessas forças sociais e como particular expressão da feudal-burguesia nacionalista, o EI não poderá cumprir a tarefa de consumir a autodeterminação nacional e superar o profundo atraso, uma vez que é contrário a que a classe ope-

rária se projete em luta contra o intervencionismo estrangeiro com os métodos da luta de classes. É, na realidade, um inimigo da tarefa de expropriar a grande propriedade privada dos meios de produção, via pela qual passará a ruptura dos elos materiais do domínio monopolista e imperialista.

O fundamental do que temos dito está em o proletariado árabe e os demais explorados não contam com um partido revolucionário e pagam caro pela destruição da direção revolucionária mundial pelo estalinismo. Pagam caro pelo retrocesso às conquistas revolucionárias com o processo de restauração capitalista na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nessas condições de crise de direção revolucionária, ganhou projeção um movimento jihadista como expressão da rebelião da nação oprimida contra seus opressores. Como se vê, uma direção revolucionária não se improvisa e as massas tentam resolver esse problema à sua maneira, se apoiando nos meios sociais e métodos estranhos aos do proletariado.

Superar a crise de direção

A derrota do EI e a destruição do Califado sob as armas das potências e dos seus serviços, tudo indica, é questão de tempo. Sua queda configurará mais uma vitória da civilização contra o obscurantismo, como advoga o imperialismo. Será, sem dúvida, a vitória dos exploradores e opressores do mundo. No entanto, também constituirá um ponto de partida para reorganizar a vanguarda sob o programa e estratégia revolucionárias do proletariado mundial. A incapacidade da feudal-burguesia e seus sucedâneos pequeno-burgueses em consumir a libertação da nação oprimida e projetar a unidade revolucionária das massas obrigará a vanguarda a retomar as experiências e tradições revolucionárias que têm por base a estratégia da revolução e ditadura proletárias e a expropriação da propriedade privada monopolista e sua transformação em propriedade social.

Evidentemente, uma derrota do intervencionismo imperialista e da Rússia ajudaria as massas árabes de todo Oriente Médio na tarefa de superar o obscurantismo islâmico e o atraso social. Está aí por que a autodeterminação da nação oprimida depende dos explorados se organizarem sob o programa da revolução proletária. Somente sob seus fundamentos poderão derrotar o intervencionismo estrangeiro e mobilizar a nação oprimida em uma Frente Única Anti-imperialista.

Os operários das potências têm um papel central nesse objetivo. Com seus métodos de luta (greves, boicotes, etc.) podem ajudar a derrotar as forças imperialistas. O que exige nunca se confundir de trincheira. Qualquer apoio à burguesia imperialista é um apoio à reação, portanto, um fortalecimento de seus alçózes internos em seus próprios países.

O Comitê de Enlace chama os operários e oprimidos de todas as partes a se levantarem contra os seus governos e exigir o fim do intervencionismo. O Comitê de Enlace batalha na situação por elaborar o programa internacionalista capaz de ajudar a vanguarda a superar a crise de direção e reorganizá-la sob o programa da revolução proletária. É sob seus fundamentos que combatemos o intervencionismo imperialista e o esmagamento da rebelião das nações oprimidas.

(...) a autodeterminação da nação oprimida depende dos explorados se organizarem sob o programa da revolução proletária. Somente sob seus fundamentos poderão derrotar o intervencionismo estrangeiro e mobilizar a nação oprimida em uma Frente Única Anti-imperialista.

A que se deve a barbárie na Síria?

A situação de barbárie na Síria se agrava com a mortandade provocada por arma química. As cenas de crianças e famílias inteiras dizimadas mais uma vez estremeceu o pouco do sentido de humanidade que ainda resta no capitalismo putrefato. Não se trata, porém, de uma novidade. As tragédias resultantes de bombardeios de escolas, hospitais, acampamentos e zonas residenciais se tornaram comuns. Os massacres pelas chamadas armas “limpas”, as que são lançadas das alturas, causam comoção, mas são consideradas legais. E podem ser explicados como erro de cálculo, um infortúnio da guerra. Os Estados Unidos são campeões nessa modalidade de “erro”. A imprensa mundial não divulga os detalhes dos dramáticos acontecimentos nos quais a maior potência está envolvida no Oriente Médio. As tragédias com armas químicas são apresentadas como diferentes porque são causadas por armas “suja”, ilegais. Estão proibidas as armas químicas, fabricadas pelos mesmos países que as proíbem, que qualquer outro país pode obter, mas não estão as armas sofisticadas, carregadas por bombardeiros e navios, que somente um punhado de países detém. Uma das primeiras medidas de Trump foi de aumentar o orçamento militar dos Estados Unidos, já suficientemente grande para garantir a sua hegemonia mundial.

Na reunião do Conselho de Segurança da ONU, a representante norte-americana ameaçou, afirmando que seu país poderá tomar medidas unilaterais. O que não é difícil. Georg W. Bush assim o fez para ocupar o Iraque, derrubar seu governo e devastar o país. Depois da mortandade, da devastação e de colocar em guerra xiitas e sunitas, comprovou-se que o motivo alegado para a intervenção era falso. O Iraque já não possuía armas químicas e nucleares. Os Estados Unidos passaram por cima da ONU e mentiram descaradamente, sem que ninguém pudesse condená-los por crime de guerra e humanidade.

As guerras na Síria e no Iêmen são parte da guerra montada pelo imperialismo norte-americano no Iraque. Faltou pouco para que se tornasse um brutal desastre com o confronto entre Israel e Irã. Não se pode desconhecer que a jihad sunita, que passou a ter maior influência com a constituição do Estado Islâmico, ganhou projeção, alcançando a Síria depois da desintegração do Iraque e da mudança das forças sociais no poder do Estado. Há que recordar também o que se passou com a Líbia. A ingerência das potências levou à retomada das profundas divisões nacionais e à fragmentação. Os bombardeios foram responsáveis pelas matanças. Isso em um país desguarnecido militarmente a tal ponto que não teve como esboçar qualquer reação à invasão aérea de seu território. Neste caso, a ofensiva imperialista se deu por unanimidade, com apoio da ONU.

No recente acontecimento da mortandade pelo gás venenoso, a imprensa monopolista saiu a propagandear que o governo sírio “teria até 100 ogivas com gases prontas para uso”. Não importa, por outro lado, o vasto armamento implantando pelas potências e sua indústria de guerra em todo Oriente Médio. É bem provável que os Estados Unidos se utilizem da tragédia de Khan Shikhoun, na Província de Idlib, para recrudescer sua presença militar na guerra da Síria. Esse foi o aviso dado por Donald Trump e sua embaixadora na ONU, Nikki Haley.

O governo sírio rechaçou a acusação. A Rússia levantou a hipótese de um bombardeio aéreo a posições dos adversários ter atingido um depósito de armas químicas. No entanto, França, Inglaterra e Estados Unidos foram enfáticos na denúncia de

que houve um ataque químico planejado pelas Forças Armadas da Síria. O representante russo no Conselho de Segurança acusou as potências de formular uma acusação sem nenhuma comprovação digna de credibilidade. Ocorre que não há nenhum organismo internacional verdadeiramente independente capaz de investigar não apenas as mortes por armas químicas, mas também pelos bombardeios a coletividades de civis. É sabido que a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) é uma agência controlada pelos Estados Unidos.

Os interesses na guerra da Síria são múltiplos. Como vimos, têm a ver com a situação geral do Oriente Médio conflagrado em crises permanentes. Região petrolífera e de importância geopolítica para as potências desde a 1ª Guerra Mundial, passou a ser palco de importantes confrontos de nacionalidades e de guerras promovidas pelo imperialismo. Estão aí as raízes e as explicações da barbárie que caracteriza a guerra internacionalizada na Síria. A maior parte da matança em massa, como se constata, não tem sido pelo uso das armas químicas, mas sim pelas armas legais, amplamente disseminadas pela indústria bélica das potências, entre elas, a Rússia restauracionista.

Não se trata de condenar uma modalidade de arma e liberar outras. Essa distinção é feita pelas potências. É direito dos países semicoloniais, pobres e sem recursos se armar com o podem contra o intervencionismo imperialista. A matança com o gás sarin é tão somente uma tragédia que amplia a barbárie já existente. Os Estados Unidos e sua coalizão procuram convencer as massas mundiais de que o fim do governo de al-Assad por fim à guerra e ao uso de armas condenadas. E que o esmagamento do Estado Islâmico permitirá a paz. Para isso, justifica-se uma intervenção mais ampla pelos Estados Unidos e aliado. A Rússia, aliada de al-Assad, por sua vez, diz que o problema fundamental se encontra na oposição e, em especial, na presença do Estado Islâmico. Estados Unidos e Rússia, assim, ora se unem, ora se separam. Unem-se para liquidar o Estado Islâmico e a jihad nacionalista. Separam-se em torno da preservação ou remoção do governo de al-Assad.

A Síria vem sendo desmembrada de acordo com as forças intervencionistas. Em algum momento, o governo da família Assad e da oligarquia que o sustenta dará lugar a outro governo burguês nascido da guerra. No fundamental, o atraso econômico, as divisões étnico-tribais permanecerão e o imperialismo manterá seu domínio. Essa é a via traçada pelas potências, a ser percorrida depois de levar a Síria e seu povo à profunda desintegração. Trata-se dos explorados sírios, do Oriente Médio e do proletariado mundial lutar por outra via. Expulsar as forças imperialistas e suas aliadas. Constituir um governo revolucionário que reconquiste a unidade e a independência da nação oprimida. Superar as divisões étnico-religiosas. Remover as relações pré-capitalistas e capitalistas, estabelecendo a propriedade social. Desenvolver a luta pela unidade anti-imperialista do Oriente Médio.

Uma nova e mais violenta intervenção dos Estados Unidos está por vir. A defesa da autodeterminação da Síria é o ponto de partida para unir as massas em uma frente única anti-imperialista. É preciso combater com o programa a revolução proletária o intervencionismo das potências. É por essa via que os explorados começarão a erradicar as raízes do atraso, dos choques internos, dos governos ditatoriais, do domínio imperialista e alcançará a paz.

Imperialismo norte-americano ataca a Síria

Fora os Estados Unidos sanguinários do Oriente Médio



A ameaça lançada pela representante dos Estados Unidos na reunião do Conselho de Segurança foi cumprida. A sua marinha acaba de lançar mísseis sobre uma base das Forças Aéreas da Síria. Tínhamos acabado de escrever o artigo acima, quando imediatamente se cumpriu a previsão.

Donald Trump já estava decidido a intervir diretamente na guerra da Síria cuja duração chega a seis anos, com 400 mil mortos e 4,5 milhões de desabrigados. A prepotência da burguesia norte-americana e de seu Estado não tem limites. Trump está usando, porém, nas condições de profunda crise mundial e de decadência da economia dos Estados Unidos. Necessita descarregar a decomposição do capitalismo sobre os demais países, principalmente sobre os países semicoloniais. Sua poderosa indústria bélica se nutre de guerras cada vez mais abrangentes.

O imperialismo não tem outra via para enfrentar as profundas contradições do capitalismo senão impulsionando as tendências bélicas. Foi assim com a 1ª e 2ª Guerras Mundiais. E tem sido assim com as guerras regionais. Não há conflito, choques e combates armados, em qualquer parte do mundo, em que os Estados Unidos e sua aliança não estejam presentes. O imperialismo necessita das guerras. É da natureza do domínio do capital financeiro e dos monopólios.

O Oriente Médio se tornou, desde a 1ª Guerra, a região mais conflagrada. Formado por países de economia atrasada, marcada pela forte presença de relações pré-capitalistas combinadas com relações capitalistas monopolistas e assentada nas gigantescas reservas de petróleo, conserva uma burguesia semifeudal incapaz de se unir contra o saque e o intervencionismo militar do imperialismo. A devastadora guerra na Síria é parte dessa realidade. Está aí por que está vinculada à intervenção norte-americana no Iraque e Afeganistão, e à guerra permanente do Estado sionista de Israel contra os palestinos. Está aí por que tem como precedente a guerra entre o Iraque e o Irã nos anos de 1980.

No rio de sangue dos inúmeros conflitos armados e guerras, está impressa a presença dos Estados Unidos. Neste preciso momento, realiza uma ofensiva militar em Mossul iniciada pelo ex-presidente Obama contra o Estado Islâmico, para a qual

Trump se lança como salvador do povo sírio, em nome da "sabedoria de Deus" e da "paz".

O fascista, assim, mostra sua verdadeira política externa.

não tem limite o número de mortes de civis. Agora, Trump dá mais um passo atacando a Síria.

Chega-se, portanto, a um ponto alto do agravamento das tensões com a Rússia, que sempre esteve pela sustentação do governo de Baschar Al Assad e que desde setem-

bro de 2015 passou a intervir diretamente na guerra. A Síria é fundamental para a Rússia garantir sua influência no Oriente Médio. De forma que o intervencionismo externo caracteriza a guerra como internacionalizada. Está expresso no seu desenvolvimento o objetivo de esquarterar a Síria.

O avanço nos últimos meses na recuperação de importantes cidades pelas forças governamentais e na perda de terreno pelas várias oposições em combate alertou as facções vinculadas ao imperialismo e aos Estados Unidos de que havia um risco de uma vitória final de Assad e de Putin. A resposta teria de vir da Casa Branca. Colocou-se uma mudança de tática militar. Não mais apenas apoiar a oposição confiável e servil, mas também agir diretamente. Estava colocada, pelo Pentágono, na mesa de Trump, essa alteração. A tragédia provocada pelo arsenal químico deu o motivo que o imperialismo necessitava. Sensibilizava o povo norte-americano e a opinião pública mundial. Trump se lança como salvador do povo sírio, em nome da "sabedoria de Deus" e da "paz". O fascista, assim, mostra sua verdadeira política externa.

É parte dela a ofensiva de aparelhamento militar na Ásia e ameaça de intervenção sobre a Coreia do Norte. É parte dela a exigência de que a OTAN eleve sua capacidade militar. Não se pode, portanto, transigir em absolutamente nada diante da ofensiva do imperialismo em qualquer parte do mundo. É preciso denunciar o uso da tragédia que se abateu no povoado de Khan Shaikhoun pelos saqueadores e sanguinários, decididos a ampliar a guerra.

Os explorados de todo o mundo estão chamados a rechaçar e lutar contra os ataques dos Estados Unidos. Estão chamados a defender o fim de toda a intervenção das potências. Estão chamados a combater pela autodeterminação da Síria. Que o povo sírio resolva por si mesmo os conflitos e ponha fim à guerra. Trump, fascista, tire as mãos da Síria e do Oriente Médio!

A política de Trump agrava a crise

Trump montou o gabinete mais rico da história. O patrimônio de seus funcionários atinge a soma de bilhões de dólares. Embora queiram se apresentar como se estivessem contra o establishment e na defesa dos trabalhadores norte-americanos, são eles próprios um dos setores mais poderosos do imperialismo.

São o produto da incapacidade do imperialismo reverter a profunda crise em que se encontra, traduzida nas tendências fascistas que aparecem na política interna e externa, que por sua vez podem evoluir para a guerra comercial e reforçamento do intervencionismo militar.

A finalidade de rebaixar impostos aos capitalistas, aumentar a arrecadação pela via de mensalidades, eliminação do programa de saúde e outros benefícios à população e a eliminação das regulamentações para “restaurar a liberdade econômica” é a de tentar reverter a tendência a queda da taxa de lucros das grandes empresas capitalistas.

A política do novo governo, que leva 100 dias, ainda não conseguiu qualquer resultado importante, mas, provocou grande incerteza sobre as consequências de suas propostas. Os centros financeiros internacionais acompanham diária e atentamente as medidas que podem destruir as regras do comércio mundial construídas nas últimas décadas e acelerar a crise econômica que não podem superar, correndo o risco de cair num pântano ainda maior.

Para os trabalhadores é importante fazer uma correta caracterização do que representa, o que expressa seu discurso e suas ações concretas, os choques que se desenrolam no interior do capital financeiro para conseguir prever as tendências da crise e enfrentá-la melhor.

O governo de Trump rejeitou as políticas de proteção ao meio ambiente e contra a mudança climática que se desenvolve internacionalmente (Acordo de Paris). Em sua campanha havia afirmado que “a mudança climática era um conto chinês” e assinou recentemente o decreto de “Independência energética”.

Para Trump acabou a “guerra ao carvão”, considerado o combustível fóssil mais contaminante – as regulamentações do governo anterior haviam estimulado o uso de fontes menos poluidoras. É o fim das regulações para as empresas neste sentido, que poderão incrementar ainda mais seus ganhos. Trump chama isto de “restauração da liberdade econômica” e o apresenta como uma medida que aumentará o emprego dos mineiros do carvão. Hoje, 30% de toda a energia nos Estados Unidos é gerada pelo uso do carvão (em 2010 era quase 50%).

Na verdade, pairam dúvidas sobre a efetividade desta medida, uma vez que as energias solares e eólicas são mais baratas que o carvão. A medida tem mais efeito demagógico, mas poucas consequências na economia real. É provável que não cresça a produção de carvão, no máximo pode alongar-se um

pouco mais do tempo previsto para seu uso.

Por outra parte, Trump acaba de autorizar à canadense TransCanadá a construir o oleoduto binacional Keystone XL, bloqueado pelo governo de Obama devido ao impacto ambiental de sua construção.

O traço essencial do governo é a perseguição aos migrantes desde o primeiro dia. Estão aí a investida ameaçadora contra México, a iniciativa de construir um muro que dividiria as fronteiras e ainda fazer pagar seu vizinho.

Diante da resistência de alguns governos estaduais à política migratória xenófoba, o governo federal através do Promotor Geral Jeff Sessions ameaçou retirar fundos federais dos governos que não colaborem nas detenções dos indocumentados e as deportações massivas.

Quando tentou usar seus poderes executivos para controlar a migração teve sua iniciativa bloqueada duas vezes pelos tribunais.

Muitas de suas iniciativas neste terreno foram bloqueadas ou limitadas, provocando numerosos choques com governos, justiça e imprensa. Mas, fundamentalmente provocou um estado de mobilização social em apoio aos migrantes, inclusive do outro lado da fronteira.

Uma fração do grande capital também resiste esta política porque os migrantes são uma fonte imprescindível de mão de obra que pode ser super explorada e não pode ser substituída por mão de obra local.

Donald Trump foi obrigado a retirar seu projeto de reforma sanitária da Câmara de Representantes. Não pode substituir a lei de saúde denominada Obamacare. Culpou

os democratas pelo fracasso do seu projeto e também ao Freedom Caucus, setor mais conservador do Partido Republicano, que não o apoiou.

A reforma da saúde pretendia gerar os fundos necessários para o rascunho da primeira grande legislação de reforma tributária desde 1986 e um programa de infraestrutura de US\$ 1 trilhão. Os legisladores republicanos não querem elevar o déficit e não estão dispostos a acompanhar facilmente os projetos que lhes parecem improvisados ou aventureiros.

O Congresso dos Estados Unidos acaba de **eliminar as garantias de privacidade de dados dos usuários da internet**. As companhias poderão comercializar o histórico de buscas de cada usuário. Uma imensa conquista para as empresas de telecomunicação. É uma gigantesca violação das liberdades democráticas que foi imediatamente criticada por vários governos europeus, preocupados pelo uso que se possa dar à informação.

As medidas de Trump romperam acordos de comércio exterior construídos durante décadas, e alguns recentemente, impulsionados pelos Estados Unidos, para implementar uma política mais protecionista. O governo considera que todos os acordos prejudicam aos Estados Unidos e que outros países tiram vantagens dessa situação.

O Congresso dos Estados Unidos acaba de eliminar as garantias de privacidade de dados dos usuários da internet. As companhias poderão comercializar o histórico de buscas de cada usuário. Uma imensa conquista para as empresas de telecomunicação. É uma gigantesca violação das liberdades democráticas que foi imediatamente criticada por vários governos europeus, preocupados pelo uso que se possa dar à informação.

O Departamento de Comércio informou que o déficit comercial do país em produtos e serviços foi algo superior a US\$ 500 bilhões em 2016. Os Estados Unidos têm um déficit comercial de US\$ 347 bilhões com a China. Uma das promessas de campanha de Trump era declarar a Beijing como manipulador da cotação de sua moeda, para dificultar as importações desde a China.

Crise nas relações com países com os que havia impulsado acordos de livre comércio

Retirou o país do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP pela sigla em inglês), que Obama havia assinado com Japão e outras dez economias da Ásia e o Pacífico. Atualmente estão acontecendo encontros para renegociar o Tratado de Livre Comércio de América do Norte (NAFTA) com Canadá e o México.

O governo Trump enviou ao Senado um projeto propondo que os países integrantes do Tratado de Livre Comércio (TLC) com México e Canadá imponham impostos às mercadorias quando a importação afete seu mercado interno; também promove o “consuma o que é americano”.

A maior mudança, na proposta de Trump, é que cada uma das nações que integram o tratado possa estabelecer impostos em caso duma inundação de importações que provoquem “grave dano ou ameacem causar grave dano” às indústrias nacionais.

Outra mudança se refletirá nas compras governamentais de cada país. Atualmente o governo deve considerar ofertas dos três países. O projeto de Trump sugere que as compras se façam de modo consistente com as políticas que deem preferência a aquisições nacionais. O comércio estado-unidense poderá perder parte de suas vendas no México e Canadá.

As denominadas “regras de origem” do TLC, que exigem um conteúdo mínimo de partes fabricadas nos países membro, impulsionou o desenvolvimento de cadeias de provedores regionais. Uma ruptura dessas cadeias, alguma das quais demoraram 20 ou 30 anos funcionando, provocaria um caos que levaria anos para se recompor. Mas Trump insiste na sua promessa de trazer de volta as grandes montadoras aos Estados Unidos para gerar os empregos que prometeu na campanha. Ainda não se sabe como se concretizará essa promessa. Apresentou como uma grande vitória o “grande investimento” de três fabricas da Ford no estado de Michigan. As “montadoras voltaram aos Estados Unidos. EMPREGOS! EMPREGOS! EMPREGOS!” escreveu Trump.

A Ford cancelou em janeiro passado a construção de uma fábrica de US\$ 1,6 bilhões no México, quando Trump ameaçava impor elevados impostos aos carros produzidos naquele país.

A União Europeia (EU) reconheceu que suas próprias negociações comerciais com os Estados Unidos estão suspensas devido a que Trump diz que prefere negociar acordos com o membro que está saindo, o Reino Unido.

Crise na relação com a OMC

O alvo ao que aponta a administração Trump é a **Organiza-**

ção Mundial do Comércio (OMC), com sede em Genebra. Para o comércio internacional, dominado pelas multinacionais, poderia ser mais grave. Poderia derrubar uma instituição que, ainda que tenha apenas duas décadas de existência, é considerada pelo capital financeiro como um pilar da ordem econômica que os Estados Unidos ajudaram a estabelecer depois da Segunda Guerra Mundial.

A Casa Branca está decidida a ignorar as resoluções da Organização Mundial do Comércio. Os novos funcionários procuram formas de iludir o sistema de solução de disputas da OMC, que foi – desde que se estabeleceu em 1995 – o principal meio para resolver as diferenças comerciais entre seus membros e, segundo afirmam seus defensores, constitui uma significativa força na prevenção de guerras comerciais.

Seus funcionários inclusive propuseram a ideia de ignorar as resoluções da OMC que não lhes agradasse, argumentando que “os cidadãos estado-unidenses estão sujeitos apenas as regulações criadas pelo governo norte-americano e não às resoluções ditadas por governos estrangeiros ou organismos internacionais”.

A ideia de criar um tribunal do comércio mundial foi parte das negociações na Conferência de Bretton Woods, em 1944, que levou à formação do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Mas foi somente na rodada Uruguai, nos anos de 1990,

que se criaram a OMC e o sistema de solução de disputas.

“Desde que a OMC começou seu labor em 1995, os presidentes norte-americanos a defenderam e tentaram incorporar a outros países, particularmente a China em 2001. Os presidentes também acataram suas decisões. Que um presidente norte-americano ignore a OMC é algo sem precedentes. Seria um duro golpe para a instituição se seu membro mais importante resolvesse esquivar-la”. (Financial Times).

Afirmam desde o governo, que existe um sentimento cada vez maior entre os empresários dos Estados Unidos – particularmente nas indústrias siderúrgicas, que

foram afetadas pela concorrência com a China – de que a OMC não funcionou ao seu favor. Preocupam lhes particularmente as decisões da OMC que rechaçaram alguns mecanismos anti-dumping norte-americanos mais agressivos.

Tudo aponta para um esforço de fazer sentir seu maior peso como potência econômica para impor as regras do comércio mundial totalmente ao seu favor para equilibrar as contas, sem levar em consideração as consequências que pode ter para os outros países, para a economia em seu conjunto e, como o agravamento da crise repercutirá inevitavelmente sobre os Estados Unidos.

Crise na relação com o G20

A última cúpula do G20 na Alemanha rejeitou pronunciar-se contra o protecionismo e a favor do livre comércio pela primeira vez em 10 anos. Os líderes financeiros das maiores economias do mundo não chegaram a um acordo de consenso.

O governo de Trump já se havia excluído de um acordo comercial principal e propôs um novo imposto sobre as im-

portações, argumentando que pela proteção dos trabalhadores norte-americanos se deviam reformular algumas associações comerciais. Foi chocante a afirmação de Donald Trump de que “o protecionismo conduzirá a uma grande prosperidade e fortaleza”.

O comunicado do G20 do ano passado prometia “resistir todas as formas de protecionismo”. Diz o Financial Times: “Ainda se desconhecem as implicações do protecionismo norte-americano. Mas, são extremamente inquietantes. A última coisa que precisa nossa frágil economia mundial é uma guerra comercial entre Estados Unidos e China”.

As mudanças tributárias, se forem aprovadas, afetarão fortemente a produção e o comércio mundiais, ingressando numa situação de guerra comercial aberta entre as principais economias.

A inclusão de um “imposto de ajuste fronteiro” ou impostos à importação, no projeto defendido pelo presidente da Câmara de Representantes Paul Ryan e outros líderes republicanos seria, de acordo com especialistas burgueses no assunto, a maior mudança na legislação tributária global em quase um século. Provocaria um colapso nos países que exportam fortemente para os Estados Unidos. O objetivo é acabar com o déficit da balança comercial e baixar os impostos às empresas, introduzindo mecanismos de subsídio a quem exporta. Se aprovarem estas medidas será o fim do comércio mundial do jeito que se conhece nas últimas décadas, a chamada globalização terá um forte retrocesso.

Esta situação se combina com o aumento dos juros nos Estados Unidos e com uma Reserva Federal que parece decidida a não deixar que a economia norte-americana se “sobre aqueça”. Esta situação poderia provocar um choque na economia mundial, encarecendo o crédito.

Esta situação se combina com o aumento dos juros nos Estados Unidos e com uma Reserva Federal que parece decidida a não deixar que a economia norte-americana se “sobre aqueça”. Esta situação poderia provocar um choque na economia mundial, encarecendo o crédito.

A agência Moodys (de qualificação de risco financeiro) estima que com um imposto de 20% às importações o dólar poderia se valorizar até 25%. “Não há precedentes de uma elevação de 25% no dólar estado-unidense em termos reais e num período curto”.

Essa medida obrigaria a que se façam ajustes internos em economias como do Equador, Arábia Saudita Hong-Kong que tem moedas vinculadas ao dólar.

Essa medida obrigaria a que se façam ajustes internos em economias como do Equador, Arábia Saudita Hong-Kong que tem moedas vinculadas ao dólar.

Os canhões de Trump apontam a China

Trump baixará os decretos para começar o enfrentamento do que denomina prática maliciosa no comércio internacional. Tem uma lista negra de países que “enganam”. É uma clara advertência à China em momentos que se prepara a visita oficial

do presidente da China Xi Jinping ao seu país. Seu objetivo é servir ao tesouro na investigação para determinar se um país manipula sua moeda e castigá-lo comercialmente.

Além de identificar país por país, produto por produto, a fonte de desequilíbrio na balança comercial, pretendem ser mais rigorosos no cumprimento das regras. Buscam, ademais, que se arrecade na fronteira com tributos especiais para reprimir o dumping comercial.

A China é denunciada como responsável por um terço dos casos de dumping no mundo. Mas não é a única. Há 40 países que subsidiam seus produtos de uma forma que viola as regras do comércio internacional. O governo dos Estados Unidos busca ser mais agressivo na hora de identificar os produtos que entram pela fronteira, para obrigar os que eles acham violadores a pagar o que corresponde.



Perante o anuncio dos Estados Unidos sobre disputas marítimas no sudeste asiático, China advertiu Trump do perigo de uma “confrontação devastadora”.

Trump desafiou a política de “uma única China”, sob a qual a República Popular é o único estado chinês legítimo. Em dezembro já se comunicou por telefone com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-we, ameaçando modificar uma política que levava 3 décadas (desde 1979 com Carter). Contudo, na hora de falar com o presidente chinês, no início de fevereiro, ratificou o compromisso dos Estados Unidos de reconhecer uma única China.

Uma fração poderosa do capital financeiro internacional, das multinacionais que tiraram um proveito enorme da na chamada globalização da economia está preocupada com a linha de choque com a China e conscientes da magnitude da crise que se atravessa.

Vejam como o apresenta o Financial Times: “Independente do quão diferentes pareçam ser os dois países, eles compartilham interesses. Manter a economia mundial aberta é um deles. É essencial persuadir o senhor Donald Trump de que suas opiniões sobre o comércio estão equivocadas. É surrealista que dependamos de um comunista chinês para persuadir a um presidente norte-americano acerca dos méritos do comércio global liberal. Contudo, as desesperadas condições atuais requerem igualmente medidas desesperadas”.

Se acentuam as tendências bélicas

Na cúpula da liga árabe, duas dezenas de monarcas, presidentes e chefes de governo só coincidiram em que o **translado da Embaixada norte-americana para Jerusalém** arruinaria o projeto de um “acordo definitivo” de paz. Foi interpretado como uma provocação. Devido às críticas nas últimas semanas, Trump deixou de mencionar a questão.

Trump desenvolve uma política agressiva no terreno mi-

litar que ameaça no sudeste asiático multiplicar a intervenção no Oriente Médio.

Perante o anúncio dos Estados Unidos sobre disputas marítimas no sudeste asiático, **China** advertiu Trump do perigo de uma “confrontação devastadora”.

Trump continua fazendo declarações de efeito e ameaçou a República Islâmica de **Irã**. Depois que o país persa testou mísseis lhes disse que estavam “brincando com fogo”. “Eles não apreciaram que presidente amável foi Obama, mas eu não”

Quando fala de lutar contra o **Estado Islâmico** utiliza a expressão “chutar a bunda”. Para combatê-lo – como em Mosul – incrementa o número de soldados de infantaria e artilharia na primeira linha.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Tillerson chegou a Bruxelas para a reunião da **OTAN** depois de visitar Turquia, membro chave da organização, onde selou uma aliança com o presidente Erdogan para a luta contra o Estado Islâmico na Síria.

Nos quartéis gerais da OTAN em Bruxelas ser realizou a primeira reunião dos ministros de Relações Exteriores dos países membros a que assistiu Rex Tillerson. No encontro, o chefe da diplomacia dos Estados Unidos, aproveitou o fórum para exigir aos aliados que aumentem sua contribuição na Defesa. Os países aliados dos Estados Unidos temiam uma posição passiva perante a Rússia, porém, Tillerson se pronunciou no sentido contrário: “Queremos ter uma conversa sobre a postura da OTAN na Europa, principalmente no Leste Europeu, como resposta à agressão da Rússia na Ucrânia e noutros lugares”.

O próximo 25 de maio se realizará a cúpula da OTAN. Será a primeira para Trump, que terá que dar resposta à preocupação dos aliados sobre o seu compromisso com a segurança. Ele havia qualificado a Aliança Atlântica, criada em 1949, de

“obsoleta” e, alinhado com sua vertente isolacionista havia elogiado o Reino Unido pela opção do Brexit.

Todas as idas e vindas sobre a implementação das políticas propostas pelo novo governo mostram o intenso choque de interesses entre as frações mais poderosas do imperialismo,

também dentro dos Estados Unidos. Alguns acreditam que as políticas desenvolvidas nos últimos tempos fracassaram e é necessário dar uma virada radical. Outros, temem que essa virada coloque em risco todo o andaime capitalista.

As massas percorrem uma experiência extraordinária. Em seu próprio país, denunciando e mobilizando-se contra todas as ameaças de deportação de imigrantes, contra o recorte das liberdades democráticas, contra o ataque a suas condições de vida, contra o discurso beligerante e, também no resto do mundo, que vê como um perigo que possam encontrar espaço as tendências fascistas. Especialmente no México, atacado violentamente pelo Governo Trump, pe-

los ataques aos migrantes e pelos desastres econômicos que podem produzir em seu país o fechamento de importantes fábricas.

As tendências fascistas, a queda e decomposição do capitalismo só podem ser enfrentados e derrotados pela classe operária, por sua política, dirigindo o resto dos oprimidos, começando pela defesa incondicional das conquistas trabalhistas e sociais ameaçadas o tempo todo pela queda dos capitalistas que buscam descarregar sua gigantesca crise nas nossas costas. Nestas condições de grave decomposição, aparece dramaticamente a necessidade de que a classe operária resolva sua crise de direção, aqui e lá, e em todas partes, construindo sua direção revolucionária sobre a base da estratégia da revolução e ditadura proletárias.



Protestos contra o bombardeio da Síria pelo governo Trump se espalharam por mais de 35 cidades.

Responder à reação imperialista com o programa e os métodos do proletariado

No dia 23 de março, a votação da Reforma do Sistema de Saúde proposta pelo governo Trump foi adiada no Parlamento. Senadores republicanos se negaram a apoiá-la. Após cogitar a possibilidade de realizar uma nova ofensiva contra o Parlamento, finalmente, o governo recuou. Nos seus cálculos, está a possibilidade de que a ACA (*Affordable Care Act* ou *Lei de Cuidado de Saúde Acessível*), aprovado por Obama, colapse. É nesse sentido que o porta-voz da Casa Branca, Paul Ryan, afirmou: os EUA terão de “viver com o *Obamacare*” por um longo período.

Uma virada política oportunista

A anulação da ACA e a aprovação da AHCA (*American Health Care Act* ou *Ata Americana de Cuidados Médicos*) era um dos principais objetivos do governo e objetivava desmontar o sistema de seguros médicos financiados por recursos federais, abrindo passagem aos prestadores privados. Assim, 14

milhões de pessoas em 2017 e 24 milhões para 2020 deixariam de contar com seguros médicos, elevando a 52 milhões as pessoas sem cobertura médica no final da década. Por outro lado, se previa aumentar os preços dos seguros privados entre 15% e 20%, diferenciar os valores pagos segundo a idade dos assegurados, “liberar” as prestações médicas especializadas, etc.

Surpreendeu à grande imprensa, porém, que os republicanos que defendiam essas medidas agora fossem a peça chave para barrar o projeto de Trump. É provável que sua rejeição expressasse a preocupação de uma fração da burguesia em adotar uma medida antipopular que alavancaria os protestos sociais e destruiria os apoios eleitorais dos republicanos.

Uma reforma impopular

Somente os assalariados com carteira assinada têm assegurado um seguro médico que abrange a maioria dos tra-

tamentos e procedimentos necessários à proteção da saúde. Os desempregados, terceirizados e miseráveis, afetados pela destruição de seus empregos e salários, recorreram ao ACA para garantir minimamente sua cobertura médica.

Se avançasse o projeto, a probabilidade de protestos de rua seria grande, particularmente a mobilização dos desempregados e setores do proletariado agrícola. O fundamental dessa constatação está em que o esteio social de Trump e dos republicanos, que têm por base as camadas da população branca empobrecida, as quais dependem, em grande medida, dos subsídios sociais (diretos e indiretos), para sobreviver e fugir ao abismo da miséria, estremeceria prematuramente.

Evidentemente, a burguesia ainda considera como “desnecessários” esses gastos, uma vez que grande volume de mais-valia se consome “improdutivamente” e não é dirigida a sustentar os lucros dos monopólios na situação da crise, como exigem os capitalistas. Porém, a destruição da ACA e uma maior “liberalização” do mercado de seguros médicos aprofundariam a revolta das massas.

Está aí por que os republicanos propõem manter o ACA, embora reduzindo seu orçamento e eliminando as prestações para “medicina preventiva”, os serviços de atendimento de urgência, os custos da internação hospitalar e os recursos destinados a doenças mentais e a maternidade.

Um plano à medida dos capitalistas

Diferentemente da ACA, os próximos projetos de lei contam com maciço apoio dos republicanos. Trata-se da Lei de Reforma Fiscal (exoneração de impostos, rebaixamento de taxas de exportação, aumentos dos encargos impositivos à importação, etc.), o Plano de Infraestrutura e as medidas legais para a “desregulamentação financeira” e anulação das “regulamentações ambientais”. As medidas favorecem aos monopólios (mineração, petróleo, armamento, etc.) e ao capital financeiro, sobre os quais se eleva o governo Trump. Essa poderosa fração capitalista argumenta que se aumentarão os empregos.

Dentre todos os projetos, o de Infraestrutura tem um papel chave para firmar politicamente o governo. Os investimentos em pontes, estradas, ferrovias e aeroportos foram os mais baixos das últimas três décadas. Os investimentos públicos caíram pela metade nesse período de tempo: de 1% para 0,5% do PIB. A “idade média” dos ativos (capital fixo) é de 23 anos (a maior casa de “envelhecimento” de infraestrutura desde 1925).

Para renovar parcialmente esses ativos, se estima que serão necessários 3,4 trilhões de dólares: 1,7 bilhões em vias de transporte, 736 bilhões em rede elétrica, 391 bilhões em escolas, 134 bilhões em aeroportos, dentre outros investimentos. Para compensar o gigantesco déficit fiscal que emerge como entrave ao projeto, o governo Trump prevê financiar esses trilhões de dólares com emissão de títulos e cortes nos programas sociais.

Sob o título de “*Primeiro América: um orçamento para fazer grande a América de novo*”, Trump planeja cortar do Departamento de Saúde e Serviços Humanos 13 bilhões de dólares (-16%), do Departamento de Estado 11 bilhões (-29%), do Departamento de Educação 9 bilhões (-14%) e da Agência de Proteção ao Meio-Ambiente 31%. Esse plano está “amarrado” à Reforma Fiscal que garantirá a privatização da infraestrutura e redução de impostos.

Rearmamento e tendências bélicas

Trump afirmou recentemente que o país precisa “de ganhar guerras”. “*Estamos lutando há 17 anos no Oriente Médio, gastamos seis bilhões de dólares e estamos em pior situação do que nunca. Isso é inaceitável*”, afirmou. De forma que propôs um aumento dos gastos em defesa na ordem de 54 bilhões de dólares (um aumento de 9%). Aprovado por meio de uma “ordem executiva” (decreto), a decisão terá ainda de passar pelo parlamento. Nada indica, porém, que a proposta seja barrada. O incremento do orçamento militar expressa o agravamento das disputas mundiais pelos mercados e da guerra comercial.

O fundamental está em que se trata do maior rearmamento do país em décadas, apenas comparável ao da Segunda Guerra Mundial e no período subsequente da chamada “guerra fria”. Como se vê, está colocada para a burguesia imperialista abrir caminho ao escoamento de seus capitais e mercadorias por meios econômicos, contando para isso com os meios necessários bélicos.

Trump prevê financiar o orçamento com a redução das “ajudas externas” e exigência aos parceiros da OTAN de que arquem com parte dos gastos. Trump assinalou que os países europeus teriam de despendar maiores gastos e acusou a Alemanha de desconhecer os 330 milhões de dólares que devem aos EUA, referentes à defesa da Europa e, em particular, à da própria Alemanha.

Tendências fundamentais do governo Trump

80% dos intercâmbios comerciais se realizam através dos mecanismos do mercado mundial. 60% dos bens e serviços “intermediários”, que servem de matérias-primas e de meios de produção a inúmeros processos produtivos, percorrem diversas “etapas” pelo mundo todo e acabam, finalmente, incluídos no “processo final” dentro das fronteiras nacionais.

Isso explica a bandeira nacional-imperialista de “*América primeiro*” e de “*Fazer a América grande outra vez*”, expressando, em última instância, uma contradição insolúvel no capitalismo monopolista. Um investimento maciço de capitais na economia nacional somente seria possível com um brutal rebaixamento do preço da força de trabalho. E embora fosse possível impor um violento retrocesso à classe operária, o programa “nacionalista” de Trump se chocaria com o mercado e a divisão social do trabalho mundial. Essas condições se

O Congresso dos Estados Unidos acaba de eliminar as garantias de privacidade de dados dos usuários da internet. As companhias poderão comercializar o histórico de buscas de cada usuário. Uma imensa conquista para as empresas de telecomunicação. É uma gigantesca violação das liberdades democráticas que foi imediatamente criticada por vários governos europeus, preocupados pelo uso que se possa dar à informação.

impõem como força de lei sobre quaisquer medidas tendentes a encarcerar a produção e os intercâmbios comerciais nos mercados nacionais.

Essas tentativas, ao contrário, indicam que se abre uma nova fase da luta pela repartição do mundo. O fundamento dessa constatação está em que o imperialismo tem de ampliar seu controle sobre os mercados e os recursos naturais. A penetração nos mercados nacionais, o controle sobre os recursos naturais das semicolônias e a exploração de parcelas da força de trabalho mundial mais baratas em relação às das potências visam, de conjunto, a equacionar as tendências à queda da taxa de lucro dos monopólios. Destacase, especialmente nesse quadro, o fato da maioria das fontes de matérias primas, fundamentalmente energéticas (petróleo, gás, materiais fissionáveis, etc.) e minerais estarem localizadas nas semicolônias. Os interesses em torno das fontes são tão importantes que Trump revogou a política energética de Obama, liberando a produção do carvão. Desconheceu anos de discussão e acordos em torno do “aquecimento global”.

No que diz respeito à China e à Rússia, o controle da burocracia sobre sua economia e as forças produtivas internas disciplina e retarda a penetração monopolista, ao mesmo tempo em que sua projeção na guerra comercial e seu intervencionismo em regiões sob o controle do imperialismo (a exemplo de Oriente Médio) as colocam em rota de colisão com o imperialismo e, em especial, com os Estados Unidos.

Alguns dos reveses iniciais de Trump e o princípio de uma crise política envolvendo poderosas instituições do Estado (CIA, Justiça) e da sociedade civil (imprensa) dão a impressão de que esse governo naufragará antes do tempo e que não terá como impor seu programa chauvinista desenvolvido nas eleições. É cedo para se tirar tais conclusões. Trump terá de se adaptar às resistências, conflitos interburgueses e reação dos explorados. Mas não deixará de expressar as tendências fascistas, que comparecem na forma e conteúdo embrionário.

O programa da classe operária mundial

De tudo que verificamos, nota-se que as medidas anunciadas por Trump, independentemente se são alteradas ou baratas no Congresso Nacional, indicam as vias e os métodos pelos quais se objetiva proteger os monopólios norte-americanos por meio de um maior intervencionismo, de maior exploração dos mercados (do México, etc.), de avanço ao saque das semicolônias e de penetração nos mercados que se acham

sob a forte disputa comercial interimperialista.

A política exterior não é outra coisa que a continuidade da política interior e vice-versa, ainda que com formas e métodos particulares de desenvolvimento. A centralização das forças burguesas, o disciplinamento das contradições sociais e a potenciação das capacidades bélicas constituem, portanto, condições para a violenta projeção monopolista na política mundial.

Trump é a expressão mais bárbara do capitalismo mundial em desagregação. É a expressão da fase última do capitalismo imperialista, que é de crises, guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A resistência à ofensiva do imperialismo caracteriza o momento. A partir das reivindicações mais elementares, os explorados têm posto em marcha movimentos na América Latina e outras partes do mundo. Encontram pela frente os planos que retrocedem e eliminam velhas conquistas do proletariado e dos explorados em geral. Não se trata de um fenômeno nacional, apesar das particularidades de cada país. E também não se circunscrevem apenas aos países de economia atrasada. Nas potências, os governos também fazem as reformas anti-operárias e antipopulares. Os capitalistas promovem ações internacionais para rebaixar o valor da força de trabalho. O que resulta na precarização das relações trabalhistas

e previdenciárias. Não por acaso, Trump procura golpear o Obamacare, que por si só não resolve o problema da saúde de milhões de pobres norte-americanos.

As massas exploradas dos Estados Unidos e do mundo devem responder à ofensiva dos monopólios e lutar contra os ataques da burguesia imperialista e de seus serviços com os métodos da luta de classes e o programa da revolução e ditadura proletárias. Nas semicolônias, se coloca a tarefa de unir a nação oprimida sob a Frente Única Anti-imperialista. Essa tarefa, para ser realizada, nas circunstâncias atuais, depende de as massas se levantarem contra a política antinacional e antipopular dos governos e da burguesia subserviente. Mas é decisivo que se ergam no campo da independência de classe com uma política própria. Não se pode desconsiderar ou ocultar que é imprescindível organizar os partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskyistas. A batalha contra o imperialismo e as burguesias entreguistas, contra o avanço das tendências bélicas, da política da direita chauvinista e da destruição de velhas conquistas dos explorados contém em si a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



No que diz respeito à China e à Rússia, o controle da burocracia sobre sua economia e as forças produtivas internas disciplina e retarda a penetração monopolista, ao mesmo tempo em que sua projeção na guerra comercial e seu intervencionismo em regiões sob o controle do imperialismo (a exemplo de Oriente Médio) as colocam em rota de colisão com o imperialismo e, em especial, com os Estados Unidos.